

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS - PCE

**Política comercial e particularismo político: evidências da indústria de
transformação no Brasil**

Maringá, março/2021

GABRIELA GARBI BISSACOT

Política comercial e particularismo político: evidências da indústria de transformação no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá como parte das exigências para a obtenção do grau de mestre em Teoria Econômica.

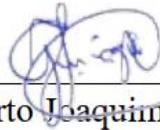
Orientador: Prof. Dr. Gilberto Joaquim Fraga

Maringá, março/2021

GABRIELA GARBI BISSACOT

**Política comercial e particularismo político: evidências da indústria de
transformação no Brasil**

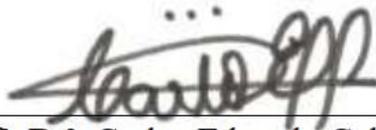
BANCA EXAMINADORA



Prof Dr. Gilberto Joaquim Fraga (orientador)



Prof. Dr. Antônio Carlos de Campos



Profª. Drª. Carlos Eduardo Caldarelli

Maringá, março/2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

B623p

Bissacot, Gabriela Garbi

Política comercial e particularismo político : evidências da indústria de transformação no Brasil / Gabriela Garbi Bissacot. -- Maringá, PR, 2021.
63 f.color., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Joaquim Fraga.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2021.

1. Política comercial. 2. Ciência política. 3. Acordo de facilitação do comércio - Setor industrial. 4. Brasil - Partido político - Decisão de voto. 5. Economia política. I. Fraga, Gilberto Joaquim, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Economia. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDD 23.ed. 382.3

AGRADECIMENTOS

Ao Programa Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM), seu corpo docente, direção e administração. Agradeço aos professores que contribuíram com essa minha trajetória de aperfeiçoamento acadêmico por todo o ensinamento passado, com quem aprendi em muito. Em especial, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Gilberto Joaquim Braga, pela orientação, pela confiança depositada em mim e em meu trabalho, obrigada por esclarecer tantas dúvidas e ser tão atencioso e paciente;

Agradeço aos membros da banca examinadora, que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar com esta dissertação. Ao Prof. Dr. Antonio Carlos de Campos, agradeço ainda por estar me acompanhando desde o processo de finalização do curso de graduação e nas dicas e observações para a construção deste trabalho.

Agradeço a minha família, em especial minha mãe que segurou minha mão e me acolheu nos momentos difíceis e que me deu força e confiança para sempre continuar. Por fim, minha eterna gratidão a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, neste período para a realização desta dissertação.

RESUMO

As políticas comerciais no Brasil são votadas no congresso nacional e a decisão de voto é baseada no particularismo político. Esta variável, particularismo político, representa o grau de incentivo para os políticos decidirem se o voto será pensado na própria reputação ou pensando nas ideologias do seu partido. A mais recente política comercial votada no Brasil foi sobre a facilitação do comércio ratificada com o Acordo de Facilitação do Comércio em 2017. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar se os resultados da política comercial de facilitação do comércio no setor da indústria de transformação são impactado pelo particularismo político. Para alcançar estes objetivos foi usado o método econométrico de dados em painel com dados da indústria de transformação para os anos de 2013 a 2018. Como *proxy* para política comercial utilizou-se duas medidas, a corrente de comércio e a penetração das importações. A hipótese é que um maior particularismo fará com que o político vote favorável a políticas que sejam vontade de sua maioria de eleitores. Os resultados mostram que quanto maior o particularismo político, mais favorável a políticas comerciais de abertura do fluxo do comércio amplo, porém quando se trata da penetração das importações, um maior particularismo faz com que o político não seja favorável a abertura comercial. Conclui-se que no Brasil os políticos tomam a decisão de votar as mudanças políticas focados no nível de particularismo político, logo esta variável deve ser analisada quando uma política comercial estiver em votação.

Palavras-chave: política comercial, particularismo político, facilitação do comércio.

ABSTRACT

Trade policies in Brazil are voted on at the national congress and the decision to vote is based on political particularism. This variable, political particularism, represents the degree of incentive for politicians to decide whether the vote will be based on their own reputation or on their party's ideologies. The most recent trade policy voted in Brazil was on trade facilitation ratified with the Trade Facilitation Agreement in 2017. In this context, the objective of this research is to analyze how political particularism relates to the results of trade facilitation trade policy. To achieve the objectives, the panel econometric method was used with data from the manufacturing industry for the years 2013 to 2018. As a proxy for trade policy, two measures were used, the current of trade and the penetration of imports. The hypothesis is that greater particularism will cause the politician to vote in favor of policies that is the will of his majority of voters. The results show that the greater the political particularism, the more favorable the commercial policies to open the flow of broad trade, however when it comes to the penetration of imports, the greater particularism makes the politician not favorable to the commercial opening. It is concluded that in Brazil politicians make the decision to vote on political changes focused on the level of political particularism, so this variable must be analyzed when a trade policy is being voted on.

Keywords: commercial policy, political particularism, trade facilitation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Processo para os países membros da OMC em desenvolvimento	16
Figura 2 - Processo administrativo de ratificação de tratado no Brasil	18
Figura 3- Fluxograma das variáveis exógenas ao processo legislativo que explicam o comportamento do voto em temas de políticas comercial	20
Figura 4 - Visão geral dos indicadores de facilitação do comércio no Brasil, em 2019	30
Gráfico 1 - Horas despendidas pagando imposto por ano para o comércio internacional de 2014 a 2019 no Brasil	31
Gráfico 2 - Horas despendidas com conformidades documentais ao ano para importar e exportar no Brasil de 2014 a 2019	32
Gráfico 3 - Tarifa média aduaneira efetivamente aplicada entre o Brasil e o resto do mundo e para todos os produtos em % de 2014 a 2018	32
Gráfico 4 - Índice <i>Doing Business</i> para o Brasil, na metodologia de 17-20 para os anos de 2013 a 2017.	33
Gráfico 5 - Distribuição média da penetração das importações no Brasil para 2011,2013 e 2015	34
Gráfico 6 - Nível de particularismo político para grupo de países da américa do sul.....	36
Gráfico 7 - Distribuição média da mobilidade do trabalho no Brasil para 2013, 2015 e 2017	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Particularismo político no Brasil segundo a metodologia de Johson e Wallack (2012)	36
Tabela 2: Participação dos trabalhões ocupados nos setores de atividade do Brasil de 2013 a 2019.	38
Tabela 3: Política comercial e particularismo político. Variável dependente: corrente do comércio	47
Tabela 4: Política comercial e particularismo político. Variável dependente: penetração das importações.....	48

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. A ECONOMIA POLÍTICA DA POLÍTICA COMERCIAL	12
2.2 FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO COMO POLÍTICA COMERCIAL	12
2.1.1 Relações internacionais: Acordo de facilitação do comércio	16
2.2. POSICIONAMENTO POLÍTICO	20
2.2.1 Ciência política: a movimentação do particularismo político	22
2.2.2 Economia política: o papel do <i>Lobby</i>	27
3. APRESENTAÇÃO PANORÂMICA: VARIÁVEIS POLÍTICAS E ECONÔMICAS	30
3.1 POLÍTICA COMERCIAL	30
3.2 PENETRAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	35
3.3 PARTICULARISMO POLÍTICO NO BRASIL	37
3.4 A MOBILIDADE DO TRABALHO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	39
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
4.1 BASE DE DADOS: DESCRIÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS VARIÁVEIS	42
4.2 DADOS EM PAINEL	45
4.3 ESTRATÉGIA EMPÍRICA	47
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	50
6. CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS	57
ANEXOS	63

1. INTRODUÇÃO

Após as rodadas de negociações as políticas comerciais devem ser votadas nos respectivos países envolvidos para que entrem em vigor e haja mudanças orientadas as novas regras em determinado país. Assim fica evidente a existência de uma relação entre as mudanças das políticas de comercio internacional de uma nação e o comportamento tomado pelos políticos.

Dentre as políticas comerciais, tem-se os acordos comerciais que foram pretendidos no século XXI, com destaque para um grande esforço de colocar em prática tratados multilaterais, entre esses deu-se origem a facilitação¹ de comércio exterior. O Acordo de Facilitação do Comércio é definido pela Organização Mundial do Comércio – OMC (2013) como “a simplificação e harmonização dos procedimentos comerciais internacionais”, tendo como seu principal objetivo a diminuição de custos dos negócios e ampliação do volume de bens comercializados entre as nações.

O acordo de facilitação foi o último grande acordo no Brasil envolvendo comércio internacional, segundo Li (2017) um dos eventos mais importantes para o sistema multilateral e que entrou em votação no senado em 2017. O acordo é recente e já mostra grandes avanços para o país, isso porque nesses 3 anos de novas políticas o Brasil avançou 33 colocações no *ranking* de comércio exterior do relatório *Doing Business 2019*² (BANCO MUNDIAL, 2019).

Gourdon (2017) analisou a América Latina e por meio do acordo de facilitação do comércio encontrou um potencial de redução dos custos do comércio de 16%. No entanto, deve-se destacar que existe um razoável vínculo entre medidas de política comercial (relações de comércio internacional) e política, e torna-se relevante relacionar o comportamento político nas decisões perante as políticas comerciais (Mukherjee, 2016).

A literatura estudada (Carey e Shugart, 1995; Shugart,2001; Milner,2010; Johnson e Walack, 2012; Mukherjee,2016) mostra que o sistema eleitoral molda o bem-estar social, através do particularismo político. Isso porque, segundo Milner (2010) o particularismo político influencia as barreiras comerciais em democracias mais avançadas. O particularismo político é definido como o grau de indução do partido em optar por uma estratégia voltada mais para as

¹ Para detalhes da concepção e normas ver:

https://www.wto.org/english/tratop_e/tradfa_e/tradfatheagreement_e.htm.

² 16ª edição das publicações do Grupo do Banco Mundial que analisa as leis e regulações que facilitam ou dificultam as atividades das empresas em cada economia.

ideologias políticas ou cultivarem o voto pessoal em um único político por meio das preferências do eleitor mediano.

Além disso, uma crescente área de pesquisa com interseção das ciências políticas e relações internacionais sugere que a extensão do particularismo político pode ser uma importante causa para os processos de reforma política e fiscal, como encontrado em Haggard e Kauffman (1995); Eaton (2002); e Hicken e Simmons (2008).

Segundo Milner (2010) a forma do sistema político tem total influência na maneira em que cada candidato se porta e, de acordo com Sedoon (2002), como eles tomam decisões também é determinado pela forma que é organizado o sistema político. Em cada sistema político de um país há graus diferentes de particularismo político, logo, modos diferentes que as decisões são tomadas. Assim, considerando que o particularismo político está diretamente relacionado às políticas econômicas (de relações exteriores) que afetam o desenvolvimento de um país, considera-se importante buscar entender a relação entre o particularismo com política comercial, controlando outras variáveis econômicas.

Sendo o Brasil um país em desenvolvimento e que recentemente entrou no Acordo de Facilitação do Comércio, que segundo Kotzias e Silveira (2017) é um tratado que impactará diretamente o crescimento do fluxo comercial do país, também repercutirá na diversificação de exportações, que pode ser explicado como uma melhoria na logística do comércio exterior do país. Ou seja, um assunto votado pelos políticos sobre política comercial que afeta a abertura comercial, está diretamente ligado ao desenvolvimento de um país.

E considerando que o particularismo político pode ter efeito sobre as tomadas de decisões perante as políticas comerciais do Brasil, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar se há relação entre particularismo político e política comercial no Brasil. Em específico, tem-se os seguintes objetivos: propor uma estratégia empírica para identificar e analisar a relação das variáveis de política comercial e particularismo político; analisar se o grau da mobilidade do trabalho nos setores da indústria de transformação interagindo com o particularismo político afeta a política comercial.

Como hipótese, quanto maior o particularismo, ou seja, mais candidatos votem dando preferência aos eleitores medianos e não as suas ideologias partidárias, maior a tendência de a política comercial agradar a maioria votante que irá reeleger o político.

A presente pesquisa inova em dois aspectos: primeiramente ao analisar a relação entre particularismo político e políticas comerciais do Brasil com enfoque nos setores que compõe a

indústria de transformação. Portanto, pressupõe que as indústrias junto com o particularismo político têm influência na tomada de decisão dos governantes.

O segundo aspecto de inovação, considerar o impacto do grau da mobilidade do trabalho setorial interagindo com o particularismo político que pode afetar o comportamento dos políticos perante as decisões de políticas do comércio internacional que serão tomadas.

Por fim, esta dissertação está organizada em seis capítulos além desta introdução. O capítulo dois apresenta a literatura empírica tanto sobre a facilitação do comércio como para o particularismo político. Na sequência apresenta-se uma análise panorâmica dos dados e das situações mais atuais. No quarto capítulo a estratégia empírica é apresentado o procedimento de dados em painel. O quinto capítulo é dado para a apresentação de resultados e por fim no último capítulo tem-se as considerações finais da pesquisa.

2. A ECONOMIA POLÍTICA DA POLÍTICA COMERCIAL

Este capítulo apresenta uma revisão da literatura teórica e empírica da economia política da política comercial. A moderna literatura sobre política comercial e a facilitação de comércio são apresentados. Além disso, busca expor o processo de decisão política e a relação mútua entre a política e a política comercial.

2.2 FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO COMO POLÍTICA COMERCIAL

A política comercial externa é definida por Africano et.al. (2018) como o conjunto de políticas econômicas exercidas pelo governo em relação a outras nações com o objetivo de influenciar o fluxo de comércio internacional, direta ou indiretamente, entre sua economia e o resto do mundo. Como toda política vem acompanhada de decisões governamentais, Sauter (2017) explica sobre a necessidade de valorizar os processos internos para entender os motivos das decisões para um plano internacional. Desta forma, de acordo com Freenstra (2002), as políticas comerciais são motivadas politicamente.

Kletzer (2003) afirma que quando uma troca ou perda de trabalho está relacionada ao comércio, um maior número de importação pode ocasionar mudanças e ajustes setoriais no fator trabalho. E para entender as preferências de uma política comercial do eleitor mediano, segundo Milner (2010) a mobilidade de trabalho por setor indica sobre as tomadas de decisão tanto do trabalhador como a do capital (empresários) em relação ao que esperam como resultados do comércio internacional.

A facilitação do comércio tomou certa atenção no final os anos 1990, em que os esforços internacionais se transformaram para uma movimentação mais rápida e fácil de mercadorias que atravessariam as fronteiras, aumentando toda a globalização e por fim cada país colhendo os benefícios da liberalização das políticas que influenciam o comércio internacional. (MAUR, 2011).

Segundo Neufeld (2014) as iniciativas para uma facilitação do comércio aconteceram somente quando os governos começaram a perceber uma necessidade além de políticas tarifárias. Para Kotzias e Silveira (2017) essas novas medidas para facilitar o comércio dão às pequenas e médias empresas a oportunidade de exportação, que hoje, devido ao alto custo não optam por esse tipo de negociação.

Apesar do próprio nome dizer o que é, não há apenas uma definição para a facilitação do comércio, de acordo com Beverlli, Neumeller e Teh (2015), isso se deve a forma que o termo foi usado na literatura econômica. Para Neufeld (2014) a facilitação do comércio tomou uma forma de cooperação específica de acordos entre os países. Dee, Findlay e Pomfret (2006) confirmam que para entender melhor a consequência da facilitação do comércio é necessária uma variedade de medidas de mensuração, isso porque a facilitação sempre ocorre a partir de um acordo entre dois ou mais países e as regras definidas são diferentes de um tratado para outro.

Sendo assim, segundo Dee, Findlay e Pomfret (2006), as organizações internacionais dividiram a facilitação comercial em medidas estreitas e amplas. Sendo medidas estreitas, definido por Dee, Findlay e Pomfret (2006), quando se referem a infraestrutura comercial, que envolve mudanças dos procedimentos do comércio ou apenas uma implementação mais eficiente. Enquanto as medidas amplas, definido por Beverelli, Neumueller e Teh (2015), são aquelas para expandir o comércio além das fronteiras, como dar o acesso ao mercado internacional para as pequenas e médias empresas ou empresas do setor financeiro, ou seja, ser estratégia para a abertura de novas alianças e o crescimento econômico

Apesar dessas duas formas serem complementares em suas ações, apresentam algo em comum. Tanto para Dee, Findlay e Pomfret (2006) como para Maur (2011) e Beverelli, Neumueller e Teh (2015) a facilitação do comércio reduz os custos de transação comercial e melhora a criação de eficiência dos fluxos internacionais de comércio, e desta forma apresenta um grande potencial de reduzir os custos das empresas exportadoras e importadoras.

Vale ressaltar que a facilitação no comércio aumenta os fluxos de venda e compra entre os países e, segundo Milner (2004) esse é o primeiro componente da globalização, além desses fluxos comerciais ajudarem os países em desenvolvimento. Entretanto, uma reforma gerando facilitação de comércio pode gerar insatisfação para os atores econômicos que se beneficiam dos altos custos comerciais, produtores domésticos que estavam protegidos da competição internacional (MAUR, 2011)

Nesse contexto a facilitação do comércio ganhou relevância atualmente, sendo assim, tanto pesquisadores quanto *policy makers* buscam entender o elo entre a facilitação e comércio internacional, e o bom entendimento deste pode auxiliar na formulação de políticas visando maior inserção externa que pode trazer efeitos positivos. Entretanto, como destaca Persson (2012) há uma certa dificuldade em como mensurar a variável já que esta representa um conjunto de outras variáveis ou tomadas decisões distintas para cada país.

Buscando analisar a relação entre a facilitação do comércio com a margem externa (variedade de bens comercializado), Persson (2012) usa o número de dias necessários para exportar obtido pelo *Doing Business* como *proxy* para medir a facilitação (medidas estreitas), ou seja, para medir os custos relevantes para a facilitação do comércio. A partir de dados de 130 países, a autora afirma que uma redução de 1% no custo de transação de exportação aumenta em 0,6% as exportações de produtos diferenciados e em 0,3% a exportação de produtos homogêneos.

Já Freenstra e Ma (2014) para definirem a facilitação do comércio usam cinco medidas amplas e estreitas. Como medidas estreitas relacionadas a infraestrutura, temos a eficiência portuária e a tarifa de importação. Para medidas mais amplas, os autores usaram as medidas: exportação, PIB per capita e fatores de gravidade (inclui elementos institucionais e geográficos para controle). Os autores constataram que reformas de facilitação do comércio deram ganhos para as margens externas para a África Subsaariana, América Latina e Caribe.

Para verificar a relação entre a facilitação do comércio com a diversidade de produtos exportados por destino e o número de destinos de exportação por produto, Beverelli, Neumueller e Teh (2015) usaram 16 indicadores criados a partir do acordo de Facilitação do Comércio da OMC, sendo assim, as variáveis captam a estrutura do acordo em cada país estudado.

De acordo com Carballo, Schaur e Martincus (2017) a facilitação de comércio são todas as medidas adotadas por um país que reduzem suas barreiras administrativas, ou seja, deixam seus processos administrativos mais rápidos e os próprios autores identificam que a facilitação do comércio passa pelo desafio de ser identificada e, principalmente, medida. Em seu modelo empírico usam dados sobre a logística, como o frete, encargos de seguro, valor, remessa e encargos por unidade para analisar o impacto da facilitação do comércio no fornecimento de serviços de transporte. A partir das ligações diretas e indiretas entre a facilitação do comércio e o transporte concluíram que um aumento na demanda em exportação/importação aumenta a demanda por serviços de transporte, mas nada que confira que este aumento de demanda reduz os custos do transporte.

Já Hillberry e Zhang (2017) usaram uma metodologia LASSO (*Least Absolute Shrinkage and Selection*) e analisaram a relação entre países com políticas de facilitação do comércio com indicadores de desempenho nacional para alfandega e logística. Então para determinar a facilitação do comércio usaram as 12 políticas de facilitação do comércio do acordo da OMC, citados anteriormente. Os autores transformaram esses 12 artigos em índices

que podem variar de 0 a 2. Os resultados sugerem que características dos países como geografia, renda e qualidade de governança explicam melhor o desempenho aduaneiro e logístico do que políticas de facilitação do comércio, porém não quer dizer que seja algo negativo para o país.

Apesar de informações diferentes para compor a facilitação do comércio, todos os trabalhos indicam que políticas de facilitação do comércio afetam os países de forma positiva. Para Maur (2011) o impacto econômico da facilitação é nos custos por uma melhor alocação dos recursos, isso porque as medidas têm efeitos estatísticos de eficiência. E também é um impacto sistêmico, já que os efeitos são dinâmicos associados as imperfeições do mercado competitivo. Além da redução de custos, para Li (2017) as medidas de facilitação do comércio que aumentaram o comércio internacional adquiriram maior importância pois o resultado é a melhora do bem-estar social e o desenvolvimento econômico. Na tabela 1A, constante nos Anexos, apresenta-se um sumário das pesquisas empíricas sobre os efeitos da facilitação do comércio.

No presente trabalho a facilitação do comércio é composta de duas formas, através da corrente do comércio e da penetração das importações. Ambas são indicadores de uma facilitação ampla, porém também estão representando o impacto do Acordo de Facilitação do Comércio na indústria de transformação do Brasil.

A corrente do comércio da indústria de transformação do Brasil é composta pela soma das exportações e importações e apresenta uma correlação positiva de 0,694 com o indicador de facilitação do comércio³ formulado pelo *Doing Business* para cada país, que é calculado devido ao Acordo de Facilitação do Comércio.

A penetração das importações é identificada pelo seu coeficiente, que é a participação dos produtos importados no consumo interno aparente (CNI, 2016). Desta forma, um maior coeficiente demonstra uma maior participação de importados no mercado interno no Brasil. Segundo Pinheiro (2014) um acesso restrito aos insumos intermediários importados, ou seja, menor penetração das importações, acarreta ao país uma desvantagem competitiva.

Além disso, Pinheiro (2014) relata que a imposição de barreiras para importar bens reduz o incentivo para as empresas investirem em inovação. O autor aconselha que as políticas comerciais devem expor as indústrias domésticas ao comércio internacional, dessa forma acaba gerando um maior bem-estar para os consumidores em geral.

³ O indicador da facilitação do comércio, segundo a metodologia *Doing Business* 2021 é composto pelo custo e o tempo de importação e exportação de cada país.

A seguir, apresenta-se o Acordo de Facilitação do Comércio, que trata sobre as últimas políticas implementadas pelo Brasil para que o fluxo de comércio do país aumentasse. Estas políticas se tornaram reais a partir da decisão dos senadores de ratificar o Acordo de Facilitação do Comércio em 2017.

2.1.1 Relações internacionais: Acordo de facilitação do comércio

Desde o final do século XX a Organização Mundial do Comércio (OMC) tem realizado várias tratativas de implementação de políticas para promoção do comércio global, que se efetivaram na 1ª Conferência Ministerial da OMC em 1996. Segundo Beverelli, Neumueller e Teh (2015) esses novos procedimentos comerciais de simplificação entraram na agenda da Organização em agosto de 2004 e por fim os esforços geraram em 2013 a assinatura do Acordo sobre Facilitação do Comércio da OMC (Organização Mundial do Comércio) que de acordo com Li (2017) foi um dos eventos mais importantes para o sistema multilateral.

Dentre os vários acordos comerciais que foram pretendidos no século XXI pode-se destacar um dos grandes esforços multilaterais, aquele que deu origem facilitação⁴ de comércio exterior. O acordo de facilitação do comércio é definido pela OMC (2013) como “a simplificação e harmonização dos procedimentos comerciais internacionais”, tendo como seu principal objetivo a diminuição de custos dos negócios, ou seja, daquelas cobranças que ocorrem nas fronteiras e acabam sendo passadas para o consumidor final do país de destino.

Esse tratado tem a identificação na OMC como WT/L/931 (*WTO documents online, number 931*) e é dividido em duas seções, em que a primeira traz medidas e obrigações de facilitação do comércio e a segunda tem como objetivo um acordo especial e mais personalizado para países em desenvolvimento e os menos desenvolvidos.

Como base para a primeira seção do acordo a OMC (2013) usou um modelo criado pelo Centro das Nações Unidas para a facilitação do comércio e comércio eletrônico (UM/CEFACT), que é conhecido como *Buy-Ship-Pay*.

As questões específicas de facilitação do comércio tratadas na seção I são apresentadas em 12 artigos (ver OMC, 2013, p. 1-16) dadas por:

- i. Publicação e disponibilidade de informações;
- ii. Publicação prévia e consulta;

⁴ Para detalhes da concepção e normas ver: https://www.wto.org/english/tratop_e/tradfa_e/tradfatheagreement_e.htm.

- iii. Decisões antecipadas para o solicitante;
- iv. Procedimentos de apelação ou revisão;
- v. Outras medidas para aumentar a imparcialidade, e não discriminação e a transparência;
- vi. Disciplina sobre taxas e encargos impostos sobre ou relacionados à importação e exportação;
- vii. Liberação de mercadorias mais rápida;
- viii. Cooperação das agências de fronteiras;
- ix. Circulação de mercadorias sob controle aduaneiro destinadas à importação;
- x. Formalidades relacionadas à importação e exportação e trânsito;
- xi. Liberdade de trânsito;
- xii. Cooperação aduaneira.

Para a segunda seção do acordo, a OMC (2013) informa que os países menos desenvolvidos devem assumir compromissos de acordo com suas necessidades individuais de desenvolvimento, financeira e comerciais, seguindo três categorias: A, B e C.

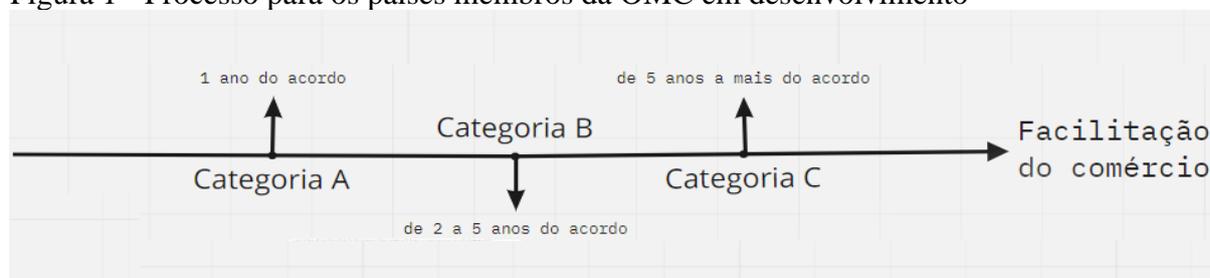
Categoria A: implementação de medidas em um ano logo após o TFA entrar em vigor e medidas que não precisam de assistência.

Categoria B: medidas que demandam mais tempo e são implementadas depois de um período de transição, essas já precisam de assistência da OMC para serem alcançadas.

Categoria C: obrigações que demandam além da assistência uma capacitação do país para alcançar tais medidas.

A dimensão temporal de implementação é apresentada na figura 1:

Figura 1 - Processo para os países membros da OMC em desenvolvimento



Fonte: Elaboração própria com base no acordo de facilitação do comércio da OMC (2013).

O Acordo de Facilitação do Comércio pode ser considerado uma oportunidade histórica de abordar o comércio exterior sob uma perspectiva sistêmica, já que o fluxo internacional de

mercadorias constitui um sistema. Além de agilizar os fluxos internacionais de mercadorias, este permite aumentar a transparência entre as nações e ainda criar uma cooperação entre todos os organismos nacionais, que intervêm nos processos de importações e exportações de recursos (JUARÉZ, 2017).

A OMC (2013) argumenta sobre o quanto um acordo multilateral desse porte é benéfico para os países em desenvolvimento, isso porque uma maior facilidade de comércio aumenta a participação desses países no comércio internacional.

O modelo usado no Acordo de Facilitação do Comércio indica que o referido acordo conseguiria reduzir de US\$350 bilhões a US\$1 trilhão de dólares os custos do comércio internacional, além de aumentar de US\$33 bilhões a US\$100 bilhões de dólares o comércio mundial (OMC, 2013). E segundo Hufbauer e Schorr (2013), esse aumento de comércio e queda de custos tem um potencial de expansão que aumentaria o PIB mundial em US\$960 bilhões de dólares por ano.

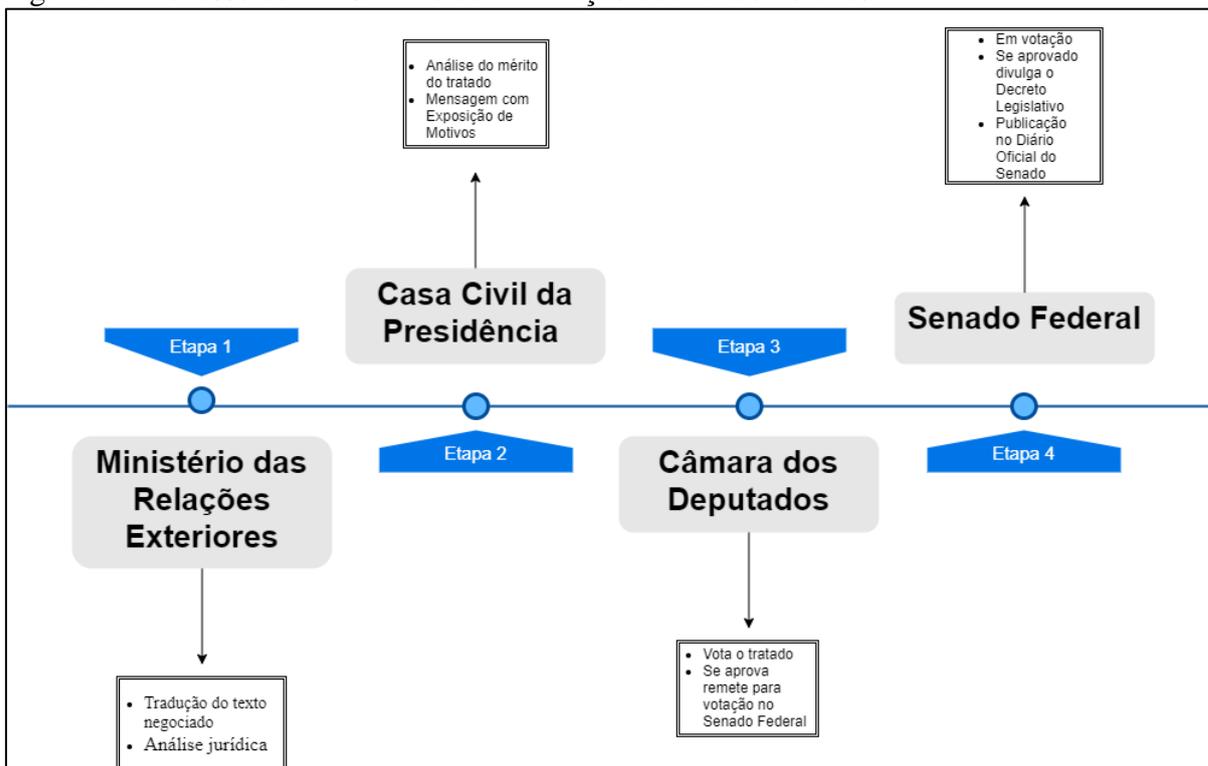
E, segundo a OMC (2020), o tratado, depois de 10 anos em negociação, entrou em vigor para os países assinantes em 22 de fevereiro de 2017 para aumentar a transparência no comércio internacional, reduzir suas burocracias e fomentar a competitividade dos produtos transacionados multilateralmente. Informa também que são 151 membros que ratificaram o Acordo de Facilitação do Comércio, e 66,2% de implementação nesses países.

Em relação ao surgimento dos tratados, Varella (2012) argumenta que um tratado surge a partir da manifestação de interesse de um sujeito de direito internacional, que seria o Estado ou Organização. O Acordo de Facilitação existe exatamente pela vontade e ideia da OMC em conseguir criar seu primeiro acordo multilateral.

Depois de toda discussão e escrita do texto fica para a assinatura do tratado um ato emanado pelo representante dos respectivos Estados, concordando com o conteúdo (VARELLA, 2012). E foi esse rito que aconteceu com o Brasil no Acordo de Facilitação de Comércio, que foi assinado pela Presidente Dilma no ano de 2013 na IX Conferência Ministerial da OMC em Bali, na Indonésia, junto com outros países.

Posterior a assinatura do texto, Varella (2012) explica que ocorre a ratificação, sendo essa um ato formal do Estado que indica o consentimento deste em estar submetido a determinado tratado. No Brasil, esse processo administrativo segue ritual próprio conforme demonstrado na figura 2.

Figura 2 - Processo administrativo de ratificação de tratado no Brasil



Fonte: Elaboração própria com base em Varella (2012)

Depois da criação e formulação do texto em uma organização mundial ou por um país e este tratado discutido com o Brasil se inicia no Ministério das Relações Exteriores a tradução do texto negociado. Na sequência faz-se a análise jurídica de sua legalidade e por fim encaminha-se o documento ao Presidente da República. A Casa Civil da Presidência faz uma análise do mérito do tratado, acrescenta considerações e envia a Mensagem junto com a Exposição de Motivos para a Câmara dos Deputados.

A partir desse momento a Câmara discute, aprova o tratado e o remete para votação no Senado Federal. Depois de apreciado e aprovado nessa casa, o Presidente do Senado divulga um Decreto Legislativo, que por fim é publicado no Diário Oficial do Senado. Esse, de acordo com Varella (2012) é o ato de ratificação, e este deve ser cumprida, não podendo voltar atrás. No caso do Acordo de Facilitação do Comércio da OMC, o Brasil fez a ratificação em março de 2016 (Governo Temer).

Transcorrido os trâmites, o Acordo de Facilitação do Comércio teve início, formalmente, no Brasil com a Câmara dos Deputados aprovando o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº6 de 2016, uma iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que então foi lida e aprovada pelo Plenário no dia 23 de fevereiro de 2016. Seguindo

as normas do direito internacional, o Acordo então seguiu para aprovação do Senado Federal e foi aprovado⁵.

Esse Acordo para o Brasil, conforme destaca Kotzias e Silveira (2017), apresentou para a indústria nacional uma oportunidade de redução de custos domésticos e externos relacionados ao comércio exterior. Essa sempre foi uma das preocupações mais frequentes dos exportadores brasileiros. Os autores concluem que como efeito positivo para o Brasil, a economia teria um aumento de comércio internacional, além de reformas em processos que acelerariam as importações e exportações. Adicionalmente, a transparência administrativa potencialmente reduziria atos de corrupção.

Para a OMC (2020) o Brasil já cumpriu 95,8% da categoria A; 4,2% da categoria B, e ainda não fez nada da categoria C. O documento ainda mostra que a categoria A definiu como data de implementação 22 de fevereiro de 2017, e que assim ocorreu. No indicador de Facilitação do Comércio, apresentado pela OMC (2020), o Brasil apresentou um melhor desempenho em 2019 em relação ao ano de 2017, principalmente na disponibilidade de informações, envolvimento da comunidade comercial, decisões antecipadas, taxas e encargos, simplificação e harmonização de documentos, automação de processos das fronteiras, racionalização de procedimentos, cooperação de agências de fronteiras e cooperação entre agências. Pode-se observar no índice⁶ agregado da OECD (2020) que o Brasil registrou uma melhora média de 25% na facilitação de comércio.

2.2 POSICIONAMENTO POLÍTICO

Com a análise do método de decisão política, que é formado por vários participantes, Lindblom (1981) pontua que este processo tende a manter o poder de um determinado grupo governamental e suprir as ambições desejadas pela elite dominante e a massa. Porém, a solução de um grupo para determinada política pode acabar não sendo o melhor para o outro grupo, gerando então um descompasso no processo decisório a favor ou contra uma política em votação.

Em um sistema democrático os votantes se tornam elementos fundamentais no momento de decisão política, isso porque consistem na maior parte da população e o grupo mais

⁵ O acordo foi aprovado pelo Senado no Brasil sem maioria qualificada no dia da votação, por esse motivo, não há uma lista de votação.

⁶ Para uma apresentação detalhada do índice e sua metodologia, ver <https://www.oecd.org/trade/topics/trade-facilitation/>.

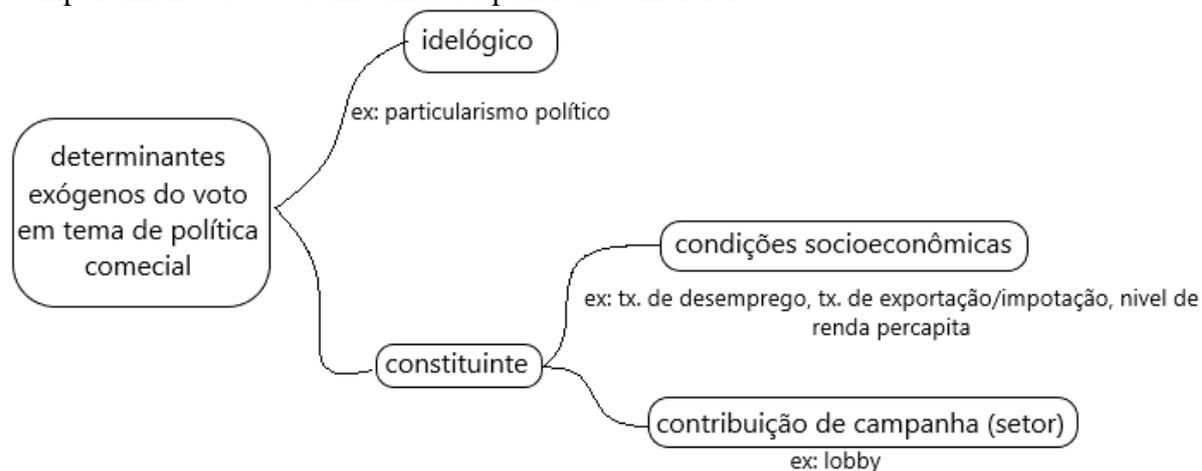
importante de acordo com Lindblom (1981). Porém o grupo com maior força é dado pela menor parcela da população, composta por autoridades governamentais. O governo e a política compõem o processo de decisão e os agentes do processo são os cidadãos civis, líderes dos grupos de interesse, legisladores, ativistas de partidos, magistrados e servidores públicos.

Um certo *trade-off* é gerado para o político que é o dono da decisão, os legisladores encontram um debate entre as contribuições dadas pelos grupos especiais e a quantidade de votos da população que gera a reeleição do político. Para definir o modelo de política que vai seguir, o político tenta mediar entre a redução do bem-estar dos eleitores em geral e os ganhos de uma aliança com os grupos de interesse.

Feliú (2012) expõe variáveis exógenas ao processo legislativo que acabam explicando o comportamento dos votos dos políticos em temas de política comercial. Inicialmente ele divide as condutas em ideológica e constituinte, sendo o comportamento ideológico os princípios do próprio legislador ou do partido, ou seja, se o político age de forma individual ou partidária. Desta forma o comportamento dos votos de forma ideológica será representado pelo particularismo político.

Já o fator constituinte é dividido em econômico e local, o fator econômico, dado por setor da indústria, é o que provoca os grupos de interesse ou aqueles que financiam as campanhas tendo um certo poder de pressão sobre o legislativo e será retratado pelo *lobby*. Como fator constituinte local, que são as características socioeconômicas dos distritos eleitorais como a taxa de desemprego, taxa de sindicalização, taxa de escolarização nível de renda per capita, nível de emprego em setores específicos. Em síntese apresenta-se na figura 3 a “origem” dos determinantes exógenos do voto.

Figura 3- Fluxograma das variáveis exógenas ao processo legislativo que explicam o comportamento do voto em temas de políticas comercial



Fonte: Elaboração própria de acordo com Feliú (2012) e Coelho (2015).

Na ciência política, para ajudar a entender qual será a escolha política dos representantes, tem-se o particularismo político como um dos arcaísmos. Uma definição contemporânea para o particularismo político, segundo Milner (2010) é: o grau de incentivo para os políticos cultivarem o voto pessoal ou votos para o seu partido. Ou seja, o quanto os políticos preferem agir por si próprios, cultivarem sua reputação e ganharem seus assentos ou o quanto o político precisa do partido e da sua ideologia para conseguir alcançar grandes “voos” na sua carreira, e isso acaba ajudando na escolha de voto nos momentos decisivos.

Na literatura econômica sobre o assunto, cunhou-se o termo *Lobby*, que conforme Grossman e Helpman (1994) significa que as políticas resultam das pressões exercidas de grupos de interesse. O modelo desenvolvido pelos autores demonstra que os grupos de interesse esperam influenciar nas políticas comerciais do governo e em troca disso eles apoiam as campanhas. Desta forma, os sistemas políticos conseguem usar as decisões como uma forma de apoio político para se reelegerem.

A facilitação do comércio é dada como a escolha de política comercial que o político vai tomar, então a indústria e o trabalhador junto com o nível de particularismo político ajudam a determinar o voto de temas em política comercial. Segundo Pinheiro (2014) o Brasil tem uma inserção no comércio internacional inferior à sua importância na economia global. O autor complementa que isso é negativo para economia do país, principalmente pelos movimentos recentes de fragmentação do processo produtivo e cadeias globais, em que cada etapa de produção é realizada em um país diferente.

A seguir, inicia-se a apresentação de como acontece a tomada de decisão para política comercial na visão da ciência política – o particularismo político. As literaturas teóricas e empíricas mostram que o sistema eleitoral molda o bem-estar social, através dele. Isso porque, segundo Milner (2010) o particularismo político influencia as barreiras comerciais em democracias mais avançadas.

2.2.1 Ciência política: a movimentação do particularismo político

A denominação particularismo político representa a determinação de escolha de voto por parte dos políticos de forma exógena, quando estes usam das suas ideologias para decidir, e pode ser quantificado através de três variáveis principais que estão presente para todos os estudos encontrados, que são: as *cédulas*, a *votação* e o *voto*. Estas variáveis serão mais detalhadas e exemplificadas a seguir.

As cédulas, para Carey e Shugart (1995) são o grau de controle dos líderes do partido sobre os endossos partidários (nomeações) e a classificação eleitoral em sistemas de listas eleitorais. Conforme Seedon et.al. (2002) e Milner (2010) a *cédula* seria a demonstração relativa do poder dos partidos em dar o nome do candidato e este ganhar nas votações. Esta varia de 0 a 2, sendo: Zero (0): os líderes partidários controlam a nomeação e determinam a ordem da lista de candidatos do partido na votação, em que essa ordem não pode ser alterada pelos eleitores ou votos; Um (1): quando os líderes partidários apresentam a lista, mas os eleitores podem alterar gerando uma competição entre os candidatos do mesmo partido; Dois (2): os líderes não têm acesso a cédula ou a classificação e a reputação pessoal têm seu valor maximizado.

A segunda variável é a de *votação*, que para Carey e Shugart (1995) e Seedon et.al (2002), mede se os votos para um candidato de um determinado partido contribuem ou não para o número de assentos conquistados no estado pelo partido como um todo. Milner (2010), complementa que a definição de votação é o quanto um candidato pode se beneficiar dos votos de outros candidatos de seu próprio partido. Esta varia de 0 a 2, sendo: Zero (0): o voto contabilizado para o partido, ou seja, quantos mais votos o partido receber mais assentos ele conquista, mas a ordem de entrada é dada pela lista do partido; Um (1): os votos são agrupados entre os candidatos, os eleitores designam a quem seus votos devem ser transferidos se não forem suficientes para eleger sua primeira escolha; Dois (2): os candidatos são eleitos inteiramente em virtude de sua capacidade pessoal de atrair votos.

Por fim, a variável *voto* representa o tipo de voto expresso, se é no partido, se é misto ou apenas no candidato. Esta também varia de 0 a 2, sendo: Zero (0): voto no partido; Um (1): voto em vários candidatos, podem assim votar em listas de partidos diferentes; Dois (2): voto singular no candidato.

Vale ressaltar, como argumentam Carey e Shugart (1995), que essas variáveis não capturam todas as possibilidades de fórmulas eleitorais, porém se encontram em todos os sistemas eleitorais, além de conseguirem demonstrar o quanto é o incentivo aos políticos de cultivarem a reputação pessoal em cada país analisado pelos autores. Terra Filho (2002) complementa que toda a interpretação é baseada na premissa de que os candidatos e partidos querem se reeleger.

Também nesse sentido, Johnson e Walack (2012) organizaram uma nova base de dados para determinar o particularismo mais complexo em relação ao arcabouço teórico de Carey e Shugart, já que os autores usam de novas variáveis que também determinam os sistemas

eleitorais e conseguem diferenciá-los em níveis, assim conseguem abranger maior nível de complexidade.

Para determinar o valor de particularismo político, Johnson e Wallack (2012) incluem na estrutura anterior mais duas variáveis que trazem mais informações sobre os sistemas eleitorais mundiais, sendo elas a média de legisladores eleitos em um distrito de um país e a magnitude do distrito em que o legislador médio compete para capturar a magnitude dos distritos, e assim determinar um valor por país. O objetivo é aumentar a transparência e facilitar o acesso a um número maior de informação.

Os autores então juntaram as 13 combinações das variáveis de Carey e Shugart que formam os sistemas eleitorais reais, junto com decisões de codificação de seu trabalho e criaram um índice de particularismo que varia em uma escala de 0 a 13, sendo Zero (0) o maior incentivo para cultivar votos para o partido político; Treze (13): maior incentivo para cultivar um voto pessoal.

Os autores Carey e Shugart (1995), definem o particularismo político por país, ou seja, estimam um valor de particularismo para todo o território. Segundo eles, como o sistema político se porta define se os candidatos terão incentivo para fazer uma campanha focada na reputação pessoal ou no partido e o grau desse incentivo é o particularismo político. Dessa forma, eles propõem um método para identificar (estimar) o valor relativo de carreira política voltada para o político ou para o partido.

Mukherjee (2016) apresenta o particularismo político como os incentivos significativos para os candidatos cultivarem sua reputação pessoal ou do seu partido para conseguir um maior apoio entre seu eleitorado, em que seu eleitorado é dado pelos trabalhadores e os donos do capital, ou seja, os grupos produtivos da economia.

Nesse mesmo contexto, Shugart (2001) explica que as decisões políticas estão procurando um ideal eficiente de sistema político, centrado no político ou centrado no candidato. O autor apresenta uma discussão sobre as decisões políticas estarem sendo centradas no partido ou no político e conclui que quando o sistema é mais centrado no candidato a eleição do político depende da sua promessa com seu público e não do seu compromisso com o partido, dessa forma acaba tendo um eleitorado mais restrito.

Martin (2011) sugere que os grupos de legisladores especializados em determinado assunto, quando forem argumentar, serão mais fortes quando cultivam o voto pessoal do que quando cultivam voto através de apoio prestando serviço aos constituintes de forma extra legislativo. Quando esses grupos são formados cultivando o voto pessoal eles descentralizam o

poder e conseguem entregar para o seu eleitorado políticas com melhores gastos e geograficamente direcionadas.

Panizza (2001) analisou qual a ligação entre as regras políticas e a qualidade institucional, sendo uma das medidas políticas o particularismo político. Assim, Panizza (2001) usa o particularismo político como o incentivo para que o candidato construa uma base de apoio para sua pessoa. E demonstra no artigo que um maior particularismo manifesta uma melhor qualidade institucional.

Seedon et. al (2002) descreve o particularismo político como o grau em que os políticos, de forma individual, avançam em suas carreiras e favorecem os seus estados ou o partido que participa, isto é, identifica o grau da forma que os políticos promovem suas carreiras e utilizam dela para manifestar o “oportunismo” apresentado pela economia política. Além disso, o particularismo também está associado a instituições governamentais de maior qualidade.

Terra Filho (2002) busca entender quais fatores econômicos, sociais e políticos que fazem um país sofrer mais ou menos impactos de uma crise internacional. E para representar o fator político escolhe a variável particularismo político, que é definida como uma habilidade dos políticos de basearem sua carreira em interesses particulares ao invés de interesses nacionais. Terra Filho (2002) complementa que o particularismo político é um índice que representa fatores que motivam o comportamento político e que por natureza é estável ao longo do tempo.

Seedon et.al. (2002) e Terra Filho (2002) concluem em suas pesquisas que níveis intermediários de particularismo político dão aos países um maior potencial de recuperação de choques externos. Para valores baixos do índice de particularismo político, Terra Filho (2002) interpreta como apenas o interesse partidário sendo levado em conta, mostrando que os dois extremos geram apenas conflito e desestabilização, sendo o “ponto ótimo” os valores intermediários da escala.

O trabalho de Gaviria et.al. (2004) usa o particularismo político como *proxy* para definir a qualidade das instituições políticas que são responsáveis por gestão de conflitos (choques econômicos). Assim, um maior particularismo político acaba sendo dado como a capacidade dos legisladores de promover sua carreira através de interesses restritos do que necessidades nacionais. Para os autores níveis intermediários de particularismo político estão associados a uma rápida recuperação de choques econômicos.

A partir da análise de sistemas eleitorais, Hicken e Simmons (2008) verificaram se os incentivos a cultivar o voto pessoal de alguma forma afetam a eficiência dos gastos com

educação no país. Concluem que em sistemas eleitorais que usufruem de um maior particularismo político os recursos são alocados com menor eficiência, nesse cenário, um aumento de gastos com alfabetização, porém uma menor alfabetização.

Milner (2010) fez um estudo sobre como o particularismo político afetava as proteções comerciais. Considerando que o particularismo político é o incentivo para os políticos cultivarem o voto pessoal ou para o partido e que quanto maior o particularismo mais o país é centrado para o candidato. Milner (2010) conclui que quanto maior o nível de particularismo político mais a política do candidato é voltada para sua própria reputação e assim ele opta pela política comercial que é preferida pela maioria de seus eleitores.

Para Johnson e Wallack (2012), o particularismo político é usado para mostrar uma relação entre os sistemas eleitorais e as decisões políticas admitidas pelos governos. Ou seja, quanto maior o incentivo dado ao político como indivíduo, menor a confiança desses candidatos na reputação coletiva de seu partido e o contrário é válido. Mukherjee (2016) afirma, baseado em seu modelo, que a dinâmica política que é gerada pelo nível de particularismo político afeta a estratégia usada entre os líderes de partido e os grupos produtivos.

Segundo Milner (2010) em um país em desenvolvimento a maioria dos votos são compostos pela classe trabalhadora e de forma individual por político, são trabalhadores do respectivo setor que o político possui vínculo, para não perder os votos já conquistados. Dessa forma, considerando um maior particularismo, ou seja, em um país em que os legisladores têm alto incentivo para cultivarem o voto pessoal, os políticos têm que conquistar o seu eleitorado, a maioria dos votantes.

Para Henisz e Mansfield (2006) as demandas desses votantes, classe trabalhadora, dependem das condições macroeconômicas dos países, quando a macroeconomia está deteriorada há maior pressão por protecionismo. Dessa forma, quanto menor a mobilidade do trabalhador maior a pressão para os políticos optarem por política comercial protecionista, de acordo com Wacziarg e Wallack (2003) isso ocorre porque uma maior liberalização geralmente leva uma maior mobilidade.

Sobre a relação entre o particularismo e a mobilidade de trabalho, Milner (2010) explica que um maior particularismo induz os políticos no poder a seguir uma política comercial no sentido da preferência da maioria dos seus eleitores (trabalhadores) e se eles atuam em um setor que há maior mobilidade de trabalho, a escolha será por diminuir as barreiras comerciais.

Segundo Mukherjee (2016), à medida que aumenta o particularismo e aumenta o grau de mobilidade do trabalho entre as indústrias, a tarifa ideal para o comércio internacional diminui, ou seja, menor nível de “obstrução” ao comércio internacional.

Dado a maioria dos eleitores serem trabalhadores, o que se denomina de eleitores medianos, o nível de mobilidade de trabalho em dado setor tem uma influência nos incentivos a aumentar ou diminuir as barreiras comerciais.

Entretanto, também existe o poder das indústrias influenciando o político, sendo representada pelos empresários. Na próxima seção tem-se a literatura que discorre sobre o impacto dos empresários nos votos dos políticos perante as políticas discutidas para a nação.

2.2.2 Economia política: o papel do *Lobby*

Na economia política o *lobby* é considerado um dos mecanismos de participação no processo decisório dos políticos. De acordo com Lodi (1986) o *lobby* representa a influência dos donos do capital (empresários) sobre os tomadores de decisão no poder público e, ao mesmo tempo, os grupos de pessoas que exercem essa autoridade perante o político.

Segundo o *National Institute for Lobbying and Ethics* (2021) o *lobby* é uma parte legítima e necessária do processo político democrático. Quando o político toma decisões, elas afetam pessoas e organizações, por isso é importante que eles (políticos) tenham informações fornecidas pela indústria e consigam tomar decisões justas.

Grazziano (1996) explica que esses grupos de interesse tem um conhecimento especializado em suas áreas particulares de atuação, de forma que a troca de favores ocorre por receber a informação, o grupo acaba tendo maior propriedade dos assuntos que são votados do que os políticos eleitos. O governo busca agradar a maioria de um determinado grupo e em troca oferece votos para políticas favoráveis a essas áreas específicas dos grupos de interesse.

Bennedsen e Feldmann (2006) também compartilham do argumento que os grupos de interesse tentam influenciar os tomadores de decisão política oferecendo informações relevantes que induzem as deliberações a favor do grupo. Os autores complementam que, além das informações, os grupos de interesse também podem oferecer ajuda financeira para as campanhas políticas.

No estudo de Bombardini e Trebbi (2019) sobre os modelos empíricos de *lobbying* dos Estados Unidos, os autores definem o *lobby* como a interação entre um setor representativo enfrentando um político para que este possa realizar sua demanda de uma determinada política. Além disso, explicam que o *lobby* é expresso de uma forma negativa e associado a corrupção,

entretanto é um alinhamento de interesses em que cada setor/empresa contribui da forma que consegue.

Para Bombardini e Trebbi (2019) empresas com muitos trabalhadores não tem necessidade de fornecer contribuições para campanha ou informações privilegiadas para obter o mesmo benefício de político que os grupos de empresas com grupos eleitorais menores.

Quando o *lobby* é voltado para política comercial internacional, segundo Grossman e Helpman (1994) os grupos de interesse se tornam a indústria. Isso porque, em uma política comercial tendendo a livre comércio, o governo enfrentará questões com os setores da economia e tenderá sempre a preservar a proteção de indústrias politicamente poderosas.

Para Baldwin (1984), na política comercial o governo consegue maximizar seu número de votos com as contribuições de campanha feitas pelo *lobby* e os produtores acabam maximizando seus lucros.

Grossman e Helpman (1994) concluem que é interessante para a indústria apoiar políticos e ter proteção comercial como contrapartida. Ou seja, quanto maior o setor internamente, mais essas indústrias têm autoridade perante a política (*lobby*) e os políticos são pressionados a agir de forma protecionista com a abertura comercial.

Marzagão (2008) utiliza do modelo de Grossman e Helpman para demonstrar que os setores no Brasil têm diferentes níveis de proteção comercial devido a sua capacidade de pressionar o governo para que este considere o seu pedido. Para Feenstra (2002), as políticas comerciais são motivadas politicamente e argumenta que as tarifas concedidas costumam ser respostas para grupos especiais, representado pela indústria ou sindicato, aqueles que financiam as campanhas dos partidos.

Os setores da indústria de transformação demandam diferentes políticas comerciais, buscam o que é melhor para seu comércio. Maggi e Rodríguez-Clare (2000) utilizam o modelo de economia política de curto prazo que tem como premissa que os fatores de produção (capital e trabalho) estão diretamente ligados aos seus setores, ou seja, demandam políticas distintas e maximizam de acordo com o comportamento do seu setor.

Desta forma, os sistemas políticos conseguem usar as barreiras comerciais como uma forma de apoio político para se reelegerem. Por outro lado, é interessante para a indústria apoiar políticos e ter proteção comercial como contrapartida.

Feita essa apresentação teórica e conceitual, na próxima seção é apresentada uma primeira análise dos dados usados na pesquisa com a intenção de já ter-se um entendimento do

comportamento do particularismo político, da mobilidade do trabalho e do fluxo internacional com a facilitação do comércio.

3. APRESENTAÇÃO PANORÂMICA: VARIÁVEIS POLÍTICAS E ECONÔMICAS

O presente capítulo desenvolve uma análise prévia dos dados antes da aplicação de técnica estatística, assim permitindo um entendimento básico da base de dados e das relações existentes entre as variáveis. Desta forma, o objetivo é uma apresentação panorâmica para um entendimento do comportamento com base nos dados da pesquisa.

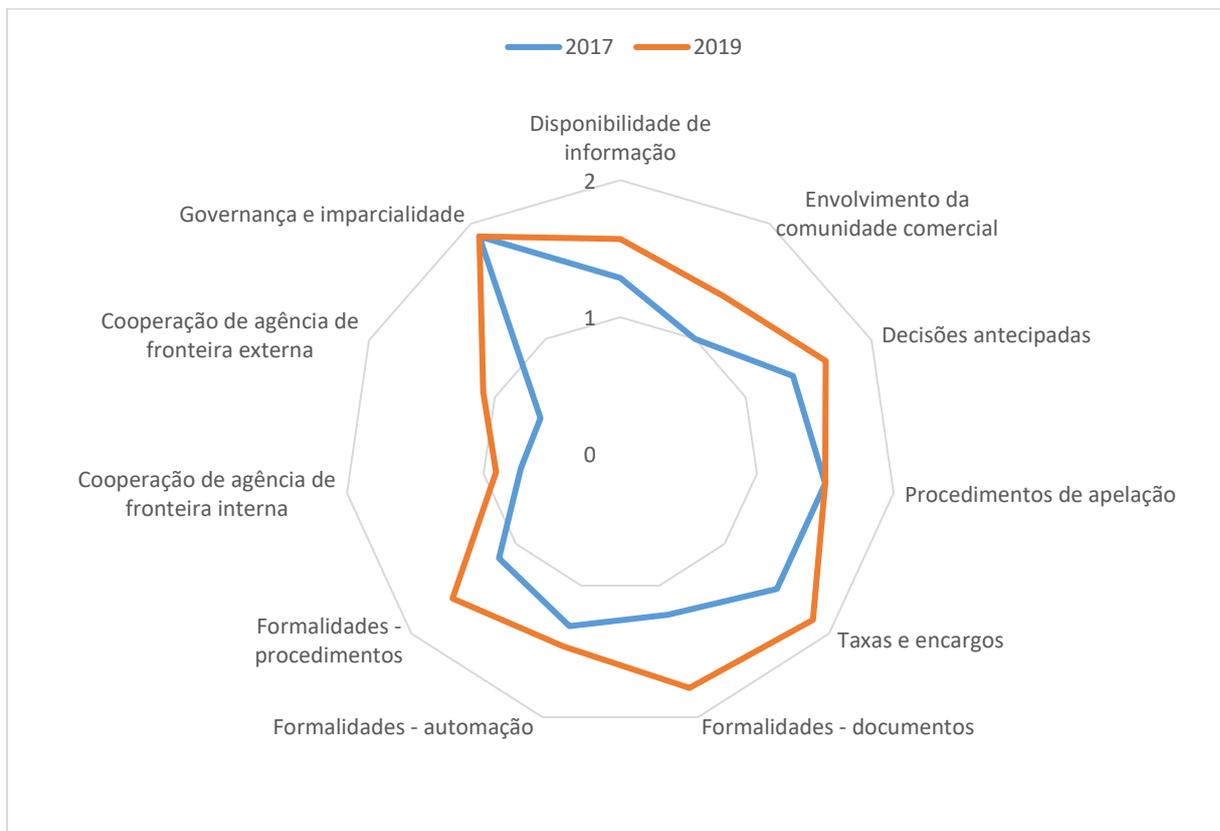
3.1 POLÍTICA COMERCIAL

Após a implementação do Acordo de Facilitação do Comércio em 2017, a OCDE desenvolveu os indicadores de facilitação do comércio (TFI) baseado nas regras assinadas no acordo. Esses indicadores ajudam os governos a melhorar em áreas que ainda necessitam ação. Além disso são analisados os procedimentos de fronteiras para mais de 160 economias com diferentes de níveis de renda, região geográfica e desenvolvimento.

De acordo com os indicadores de facilitação do comércio, o Brasil teve uma melhora quando o acordo de facilitação entrou em vigor e começou a ser medido pelo indicador, de 2017 para 2019, em medidas de disponibilidade de informações, envolvimento da comunidade comercial, decisões antecipadas, taxas e encargos, simplificação com documentação e automação dos processos.

Na figura 4, que traz uma visão geral dos indicadores de facilitação do comércio no Brasil em 2017 e 2019 observa-se o melhor desempenho do país na categoria de governança e imparcialidade e o menor desempenho em cooperação das agências de fronteira externa em 2017, porém em 2019 o menor desempenho ocorreu em cooperação das agências de fronteira interna.

Figura 4 - Visão geral dos indicadores de facilitação do comércio no Brasil, em 2019



FONTE: Adaptado da Trade Facilitation Indicators, OECD (2020)

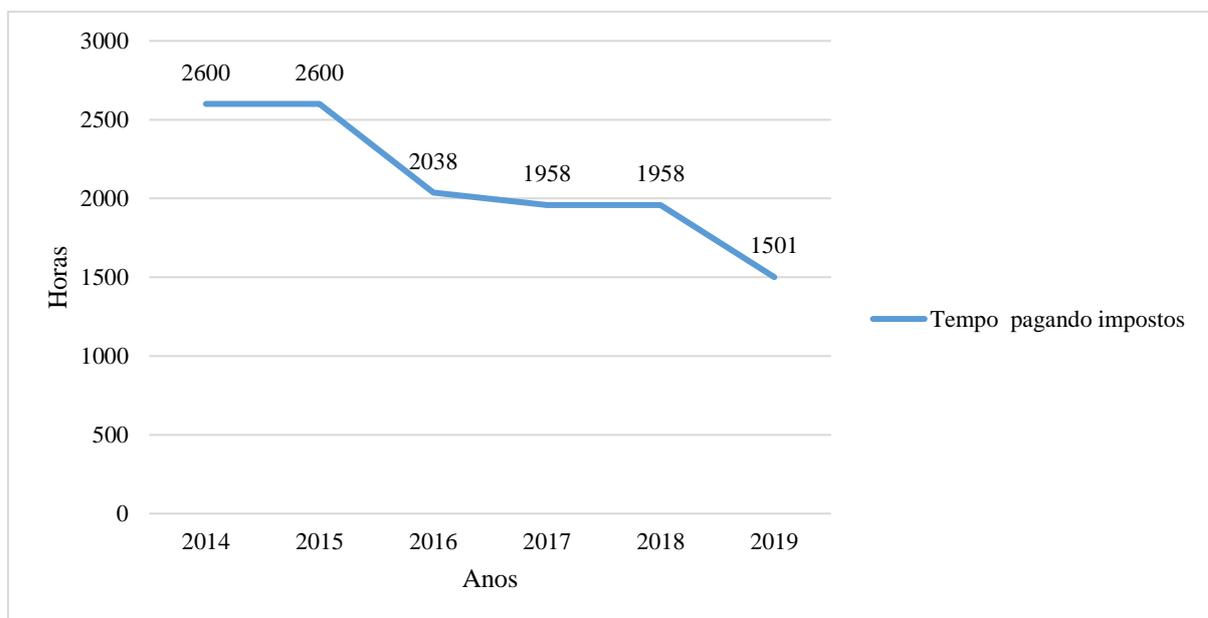
Com o Brasil pertencendo ao grupo de renda média alta, o TFI (2020) traz que reformas em áreas de formalidades, governança e imparcialidade, disponibilidade de informações, envolvimento de comunidade comercial, decisões antecipadas e taxa e encargos aumentaria o potencial de redução de custos e o país se beneficiaria de melhorias contínuas no comércio internacional. Entre esses citados, o com menor desenvolvimento em 2017, conforme a figura 3, era o envolvimento da comunidade comercial, porém em 2019, já se apresenta um bom desenvolvimento em todos os índices.

Entre os pontos de melhora de 2017 a 2019 tem-se as taxas e encargos, que apresentaram um aumento de aproximadamente vinte e três pontos percentuais. Além disso, ainda sobre taxaço do comércio internacional, a OMC (2013) apresenta para o Acordo de Facilitação do Comércio duas medidas relacionadas aos impostos cobrados, sendo o primeiro sobre uma disciplina nas taxas e encargos impostos e o segundo sobre a cooperação aduaneira. Desta forma, para analisar os dados das taxas sobre o comércio internacional, os dados disponibilizados pela *Doing Business* mostram a evolução dos impostos no Brasil desde 2014.

No gráfico 1, a evolução do tempo gasto pelos atores do comércio internacional pagando impostos é dada em horas, porém observa-se que de 2018 para 2019 tivemos uma redução de

aproximadamente 30,4%. Além de que, no período analisado de 2014 para 2019 a redução de tempo foi de aproximadamente 73%.

Gráfico 1 - Horas despendidas pagando imposto por ano para o comércio internacional de 2014 a 2019 no Brasil

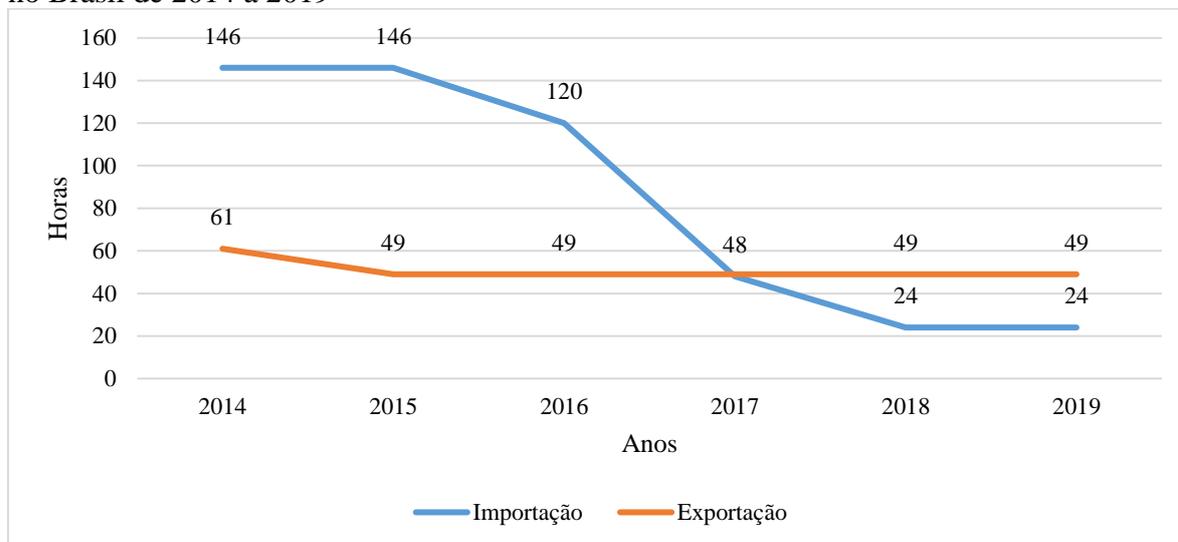


FONTE: Elaboração própria baseada nos dados da *Doing Business* (2020).

Outro indicador usado pelo TFI (2020) são as formalidades em documentos, como *proxys*. Para esse indicador nos dados do *Doing Business* tem-se o quanto de horas são gastas fazendo esses documentos para que os países consigam importar ou exportar. Nas pesquisas feitas pelo *Doing Business* (2017) o acordo de facilitação do comércio teria potencial de reduzir (em média) 2 dias para as exportações e 1,6 dias para as importações.

No Brasil as exportações não apresentam grandes diferenças em relação ao tempo gasto com conformidades documentais, apenas uma queda relevante, até porque não é do interesse dos agentes públicos e nem privados que exportar se torne mais difícil para o país. Entretanto as importações mostram mudanças expressivas, tendo uma queda de 2 dias para importar em 2017 para apenas 1 dia para 2018.

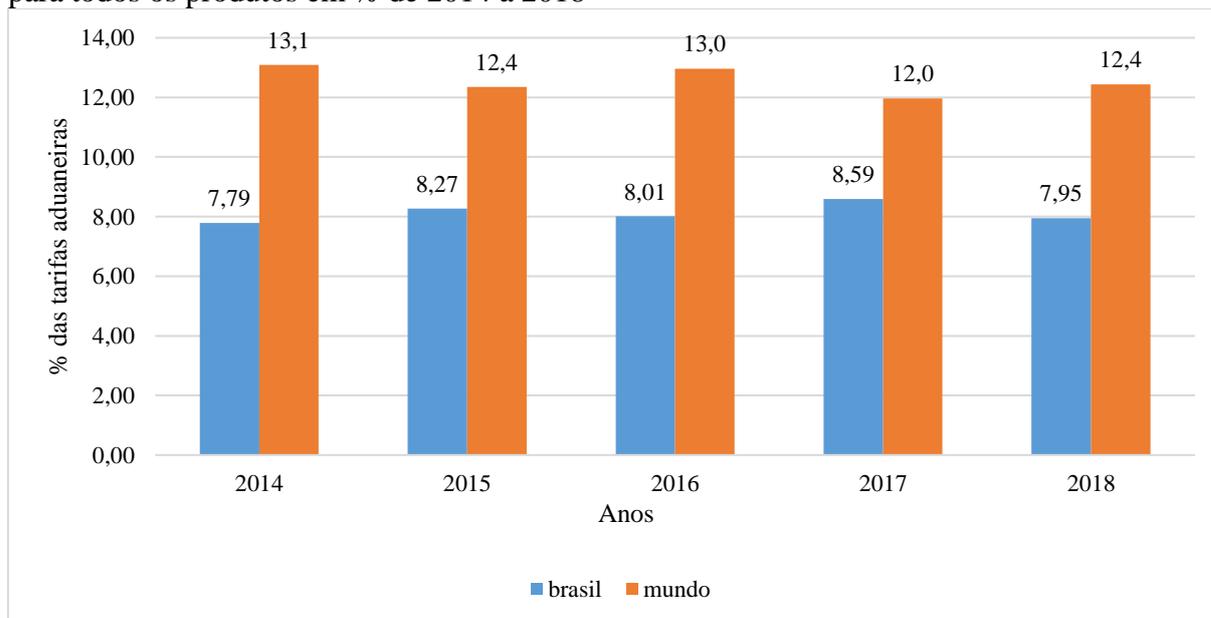
Gráfico 2 - Horas despendidas com conformidades documentais ao ano para importar e exportar no Brasil de 2014 a 2019



FONTE: Elaboração própria baseada nos dados da *Doing Business* (2020).

Mesmo com toda essa melhora de agilidade para as exportações e importações do Brasil, as tarifas aduaneiras não sofreram grande alteração. O mundo continua cobrando uma taxa média entre 12% e 13% para o Brasil exportar, enquanto as tarifas de importação do Brasil estiveram próximas da tarifa de 8% no período analisado e mostra uma queda de 2017 para 2018, o ano em que o acordo entrou em vigor.

Gráfico 3 - Tarifa média aduaneira efetivamente aplicada entre o Brasil e o resto do mundo e para todos os produtos em % de 2014 a 2018



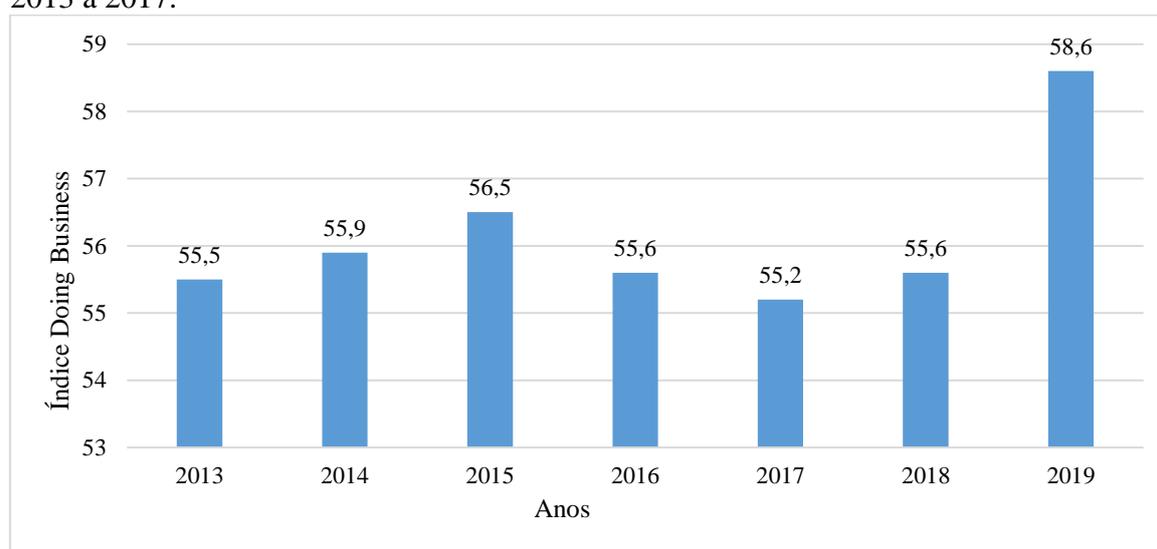
FONTE: Elaboração própria com os dados do World Integrated Trade Solution (Wits, 2020)

Para o *Doing Business* (2017) um melhor desempenho logístico no setor de comércio internacional está diretamente ligado com o crescimento do comércio, diversificação das exportações e crescimento econômico. Isso tira um pouco o protagonismo das tarifas aduaneiras como causa de um maior comércio entre os países. Segundo o ranking global⁷ sobre as competências e qualidades de logística, de 2014 para 2018 o Brasil subiu 4 posições no ranking, alcançando o 46º lugar de 167 países analisados, com uma melhora de aproximadamente 1,31% na pontuação da variável.

E, por fim, tem-se uma clara evolução do Brasil no índice dado pelo *Doing Business* que tem como objetivo mostrar a facilidade dos países em fazer negócio. Desde 2017 o país vem apresentando um crescimento não só de valor como de colocação entre os 190 países, saindo de 123 para 108 como do tópico de comércio internacional, no qual 2019 o Brasil estava na colocação 108.

De 2017 para 2019 o Brasil apresentou um crescimento de aproximadamente 6,16% no índice *Doing Business*. Um dos motivos que justifica essa melhora no índice depois de 2017 pode ser o início do Acordo de Facilitação do Comércio, que de acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)⁸ resultaram da implantação das medidas de facilitação do comércio.

Gráfico 4 - Índice *Doing Business* para o Brasil, na metodologia de 17-20 para os anos de 2013 a 2017.



FONTE: Elaboração própria baseado na base de dados *Doing Business* (2020).

⁷ <https://lpi.worldbank.org/>

⁸ <http://www.mdic.gov.br/index.php/ultimas-noticias/3660-brasil-sobe-33-posicoes-no-ranking-de-comercio-exterior-do-relatorio-doing-business>

3.2 PENETRAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

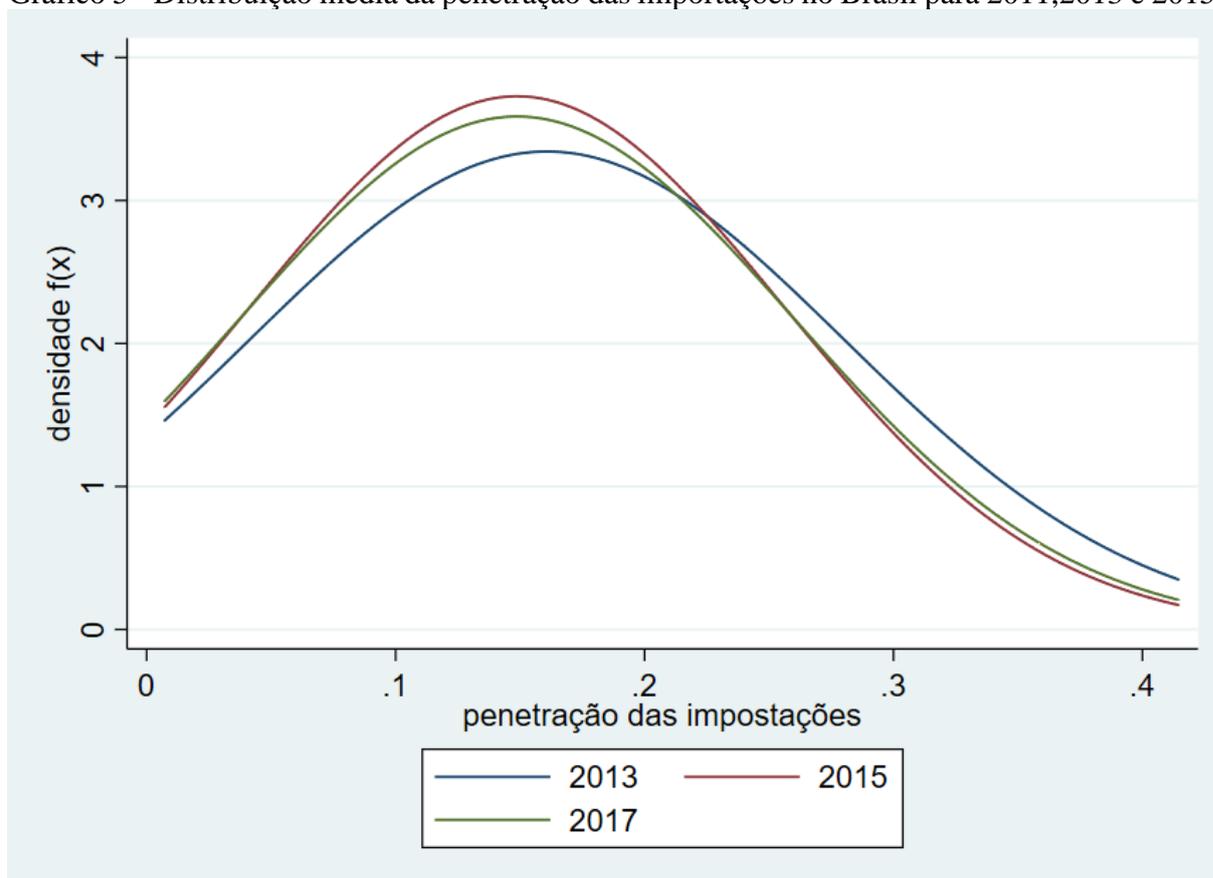
O coeficiente de penetração das importações é a participação dos produtos importados no consumo interno aparente (CNI⁹, 2015) desta forma, um maior coeficiente demonstra uma maior participação de importados no mercado interno no Brasil. Além disso, o coeficiente usado é a preço constantes, o que significa não considerar os efeitos de mudança dos preços, ou seja, utiliza valores reais das variáveis. Preliminarmente pode-se constatar que a penetração das importações apresenta uma dinâmica temporal relativamente heterogênea em nível setorial.

No gráfico 5, destaca-se o ano de 2015, que além de mostrar uma distribuição média menor que os anos anteriores, apresenta uma queda de aproximadamente 3,87% da média dos anos de 2011 a 2016.

De acordo com as análises do CNI (2015) para a indústria de transformação, essa queda da penetração das importações apresenta duas justificativas, ambas relacionadas com a recessão do ano de 2015. Primeiro seria um efeito da queda da produção doméstica que utiliza de produtos intermediários que são uma parcela grande das importações totais. O segundo motivo, segundo o CNI (2015) seria uma redução da quantidade importada que foi estimulada pela mudança nos preços devido a depreciação cambial, isso acabou gerando uma substituição de importação pela produção doméstica.

⁹ Confederação nacional da indústria (CNI)

Gráfico 5 - Distribuição média da penetração das importações no Brasil para 2011,2013 e 2015.



FONTE: elaboração própria baseada nos dados Funcex 2020

Analisando os dados mais a fundo, quatro setores foram os que apresentaram maiores quedas de 2014 para 2015 gerando então uma média menor para este ano. O setor que apresentou maior queda foi o de fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos com uma penetração de importação 19,34% menor em 2015. Em seguida temos a fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool com uma queda de 12,64%, fabricação de produtos químicos com -9,20% e por fim, o setor de fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos com -4,84%.

Em relação à média total dos anos, apenas quatro setores apresentaram aumento em 2015, sendo eles: confecção de artigos de vestuário e acessórios, fabricação de móveis, fabricação metalúrgica e fabricação de produtos farmacêuticos. O setor com maior queda continua sendo o de fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, porém com uma queda de 21,16% em relação à média geral dos anos.

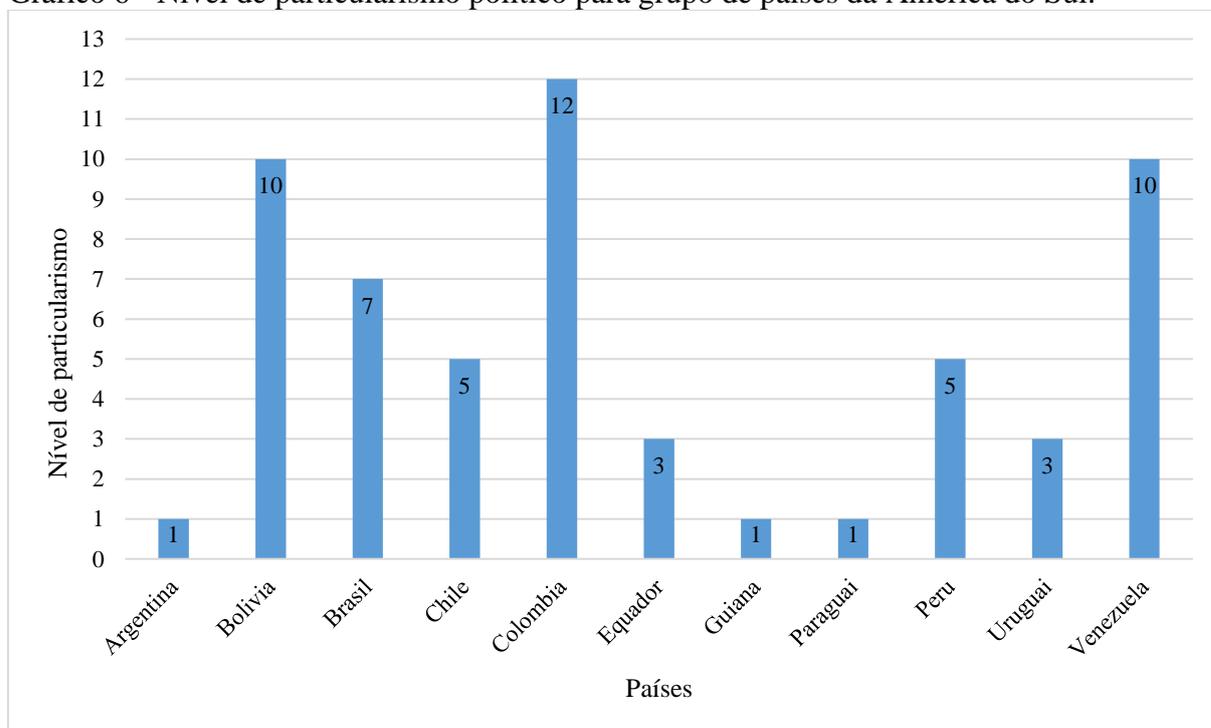
3.3 PARTICULARISMO POLÍTICO NO BRASIL

O particularismo político, como já citado, tenta mostrar se o sistema político de determinado país se porta mais voltado ao candidato ou ao partido. A base de dados usada para o estudo entrega o particularismo político de 180 países dos anos de 1978 a 2005, foi criado em 2007 e passou por sua última atualização em 2010.

Em uma escala de 0 a 13, em que 0 é quando o político decide totalmente de acordo com o partido e 13 quando o político pensa apenas na própria reputação, o particularismo político do Brasil tem o valor de 7, ou seja, se encontra no meio da escala. Como o Brasil apresenta estados com tamanhos distintos, para a variável de magnitude foi considerado a média por estado. Além disso, como o sistema político se porta de forma diferente para eleger os deputados e senadores, também acaba influenciando no valor calculado para o Brasil.

Vale ressaltar que o valor de particularismo não sofre alterações, apenas em grandes reformas política, o que é raro, e o Brasil mantém valor desde que saiu da ditadura militar em 1985. No gráfico 1 é apresentado o nível de particularismo para um grupo de países sul-americanos, em que apenas três países apresentam valores mais altos e maior que a média da variável.

Gráfico 6 - Nível de particularismo político para grupo de países da América do Sul.



FONTE: Elaboração própria baseada no banco de dados “*Electoral Systems and the Personal Vote*” e Johnson e Wallack (2012).

Segundo Allen (2014), a característica predominante dos políticos nos países de alto nível de particularismo, como Bolívia, Colômbia e Venezuela, é a criação do político de um apelo pessoal que acaba sendo muito maior e significativo do que seu histórico e título partidário. Além disso, é provável que ganhe os candidatos com raízes locais e que já tenham experiências governando municípios e estados.

No Brasil, especificamente, o sistema eleitoral foi determinado pelos senadores e deputados. Os senadores trabalham com vários membros, cada estado elege 3 senadores em que um é atuante e os demais são suplentes. Enquanto os deputados ganham cadeiras de acordo com o número de habitantes por estado podendo chegar a setenta deputados por estado¹⁰.

Com a base de dados de Johnson e Wallack (2012) o Brasil então foi avaliado da forma apresentada na tabela 1:

Tabela 1: Particularismo político no Brasil segundo a metodologia de Johnson e Wallack (2012)

Variáveis	Senadores	Deputados
Cédula	2	2
Voto	1	1
Votação	2	0

Fonte: Elaboração própria baseada no banco de dados “*Electoral Systems and the Personal Vote*” e Johnson e Wallack (2012).

A variável “cédula” recebeu o valor de dois, apesar de ser necessário uma lista de candidatos, os líderes do partido não têm acesso e nem interferem na classificação. Já a variável votação ficou com o valor um, isso se deve ao fato de que, apesar de cada votante escolher seu candidato, ainda assim deve respeitar a lista nomeada pelo partido.

O voto teve valores diferentes, isso porque os senadores são eleitos pela maioria majoritária de votos, o mais votado do estado, exatamente como os cargos do executivo (prefeito, governador e presidente). Enquanto os deputados o voto é contabilizado para o partido, conhecido como sistema proporcional como para os cargos do legislativo (deputados estaduais, federais e vereadores), ou seja, quanto mais votos em candidatos de determinado partido maior o número de assentos que este obtém.

¹⁰ O estado com 70 candidatos é São Paulo e os estados com o menor número de deputados elege 8 políticos para os cargos.

3.4 A MOBILIDADE DO TRABALHO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

No que diz respeito a mobilidade do trabalho entre as indústrias Gonzaga (1996) escreve que os ajustes as novas políticas são mais rápidas com uma maior flexibilidade do mercado de trabalho. Wacziarg e Wallack (2004) avaliam que uma abertura do comércio tem efeito em como os trabalhadores se alocam. Portanto, pode-se entender que a política comercial oferta uma mudança no comportamento do mercado de trabalho interno, e o impacto depende do grau de mobilidade de trabalho do país.

Wacziarg e Wallack (2004) explicam que a forma como a abertura comercial irá interferir na realocação dos trabalhadores depende de cada caso e de cada política de abertura. Para Milner (2010), países em desenvolvimento, com uma alta mobilidade indica que ambos são favoráveis a liberalização. E Cameron et.al. (2007) completa que uma abertura comercial de um determinado setor que antes era protegido pode depender da facilidade que os trabalhadores têm de encontrar emprego em outros setores.

A abertura comercial gera uma reestruturação por parte das empresas, são tomadas medidas para aumentar a produtividade e competitividade dos produtos. Nos estudos de Papageorgius et.al. (1991), a liberalização em 19 países em desenvolvimento (incluindo o Brasil) mostrou um aumento geral número de empregos no país.

As empresas procuram pessoas especializadas e maior tecnologia para o desenvolvimento de produto, da forma que consiga estar mais preparadas para o mercado. Papageorgius et.al. (1991), aponta que um maior número de cargos em empresas que exportam e uma diminuição nas empresas que competem com a importação.

Entretanto, observa-se na tabela 2 que os trabalhadores estão se movendo para o setor de serviços, de acordo com Silva et.al. (2006) isso ocorreria pois é um setor mais dinâmico.

Tabela 2: Participação dos trabalhadores ocupados nos setores de atividade do Brasil de 2013 a 2019.

	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	S.I.U.P ¹¹	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária
2013	0,56%	20,56%	1,06%	7,50%	22,13%	41,98%	2,16%	4,06%
2014	0,55%	20,17%	1,05%	7,34%	22,26%	42,50%	2,16%	3,95%
2015	0,54%	19,57%	1,07%	6,66%	22,61%	43,40%	2,19%	3,97%
2016	0,53%	19,04%	1,09%	5,93%	22,91%	44,15%	2,26%	4,10%
2017	0,51%	18,99%	1,08%	5,22%	23,33%	44,48%	2,24%	4,15%
2018	0,51%	18,93%	1,08%	5,23%	23,13%	44,70%	2,25%	4,17%
2019	0,51%	18,69%	1,08%	5,24%	23,12%	45,04%	2,22%	4,11%

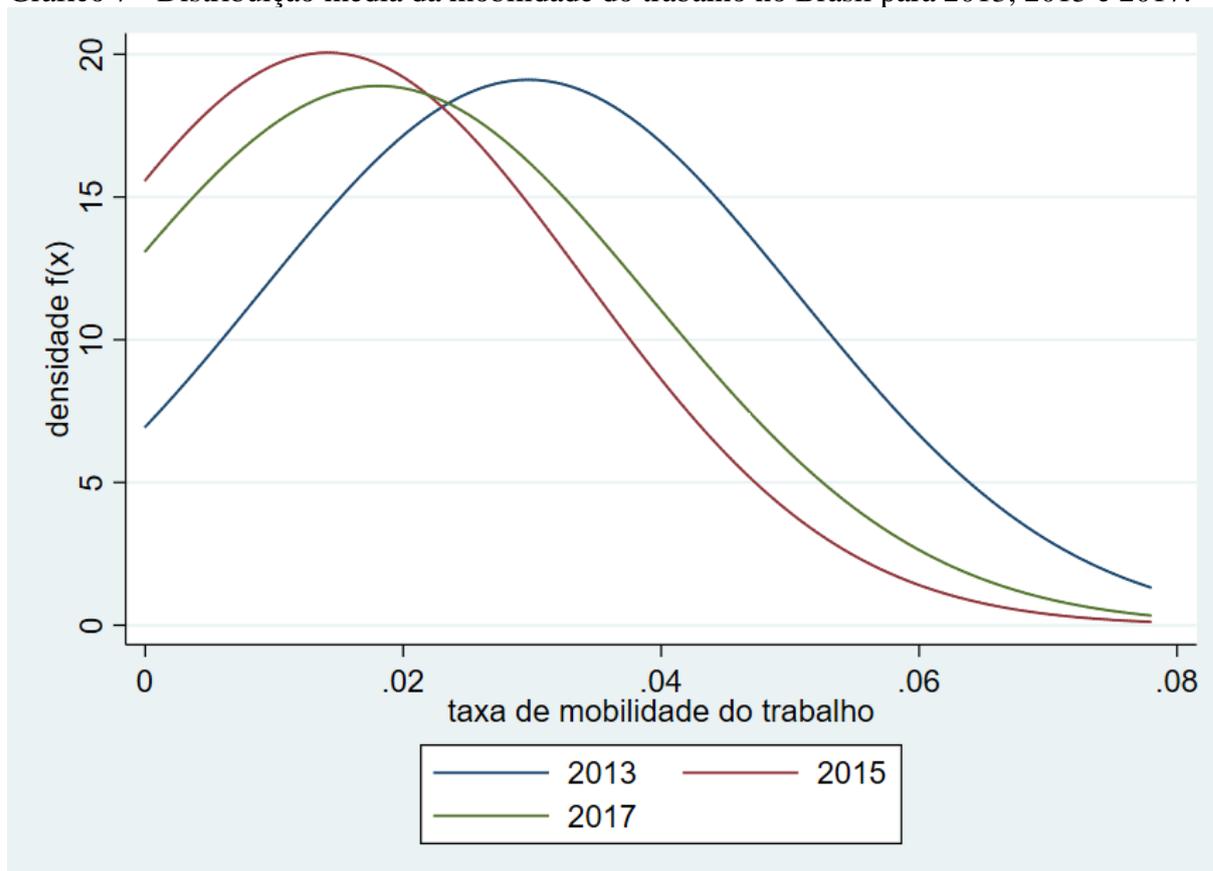
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do CAGED 2019

A tabela 2 mostra um recuo de quase dois pontos percentuais no setor da indústria de transformação de 2013 a 2019, enquanto o setor de serviços apresenta um aumento de aproximadamente três pontos percentuais no mesmo período. Vale observar que o setor de construção civil também apresenta queda aproximada de dois pontos percentuais, os demais setores não mostram grandes alterações no período mostrado.

O Brasil, conforme o gráfico abaixo, é um país que não apresenta um alto nível de mobilidade de trabalho. Porém, sua média por setores apresentou uma melhora pós 2015 que foi um ano de recessão no Brasil. Pero (2014) afirma que em momentos de recessão a consequência é uma redução de postos de trabalho e uma migração dos trabalhadores para o setor de serviços, isso acaba diminuindo a mobilidade de trabalho entre os setores da indústria de transformação.

¹¹ Serviços Industriais de Utilidade Pública

Gráfico 7 - Distribuição média da mobilidade do trabalho no Brasil para 2013, 2015 e 2017.



FONTE: elaboração própria baseada nos dados RAIS (2020).

Enquanto no ano de 2015 dez setores da indústria de transformação apresentavam uma mobilidade¹² do trabalho igual a zero, em 2017 apenas cinco desses setores continuaram com mobilidade de trabalho zero, sendo eles a confecção de artigos de vestiário e acessórios; fabricação de produtos de madeira; edição, impressão e reprodução de gravações; fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos e fabricação de móveis.

Vale ressaltar que alguns desses setores também já foram citados por não estarem apresentando valores altos para a penetração das importações. Como é o caso da fabricação de equipamentos de informática e a fabricação de móveis.

¹² Conforme definido na equação 3.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo pretende apresentar a metodologia escolhida para alcançar os objetivos propostos na presente pesquisa. Primeiro serão apresentados os dados utilizados para a análise empírica, na sequência o procedimento econométrico. E por fim, é dada a estratégia empírica para analisar a relação entre política comercial e o particularismo político.

4.1 BASE DE DADOS: DESCRIÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS VARIÁVEIS

A base de dados é obtida e/ou construída a partir de diferentes fontes. A variável particularismo político (*ppolitic*) foi adquirida junto a base de dados “*Database of Particularism*” de Johnson e Wallack (2012) no DATAVERSE de Harvard. A variável mobilidade trabalho (*lmobility*) intersetorial tem como fonte a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho.

As variáveis que representam a política comercial foram obtidas através da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) para a penetração de importação e a construção da corrente do comércio, que é a proxy do Acordo de Facilitação do Comércio.

As variáveis de controle como o valor bruto de produção e o número de empresas por setor foram obtidas junto ao Banco SIDRA (IBGE); já o coeficiente de exportações (variáveis de comércio internacional) foi junto a Funcex (Fundação Centro e Estudos do Comércio Exterior).

A variável explicativa, foco dos estudos, é o particularismo político setorial no tempo t , o *ppolitic* - particularismo político – que registrou um valor de 7, em uma escala de 0 a 13, conforme “*Database of Particularism*” de Johnson e Wallack (2012), é o valor do particularismo político no Brasil (ver seção 3.3). Desta forma o particularismo político é ponderado por um vetor de peso e é expresso pela equação (1):

$$ppolitic_{it} = \omega_{it} \times ppolitic \quad (1)$$

Os dados da pesquisa são usados por setor da indústria de transformação do Brasil, assim o vetor de pesos (ω_{it}) é composto da seguinte forma:

$$\omega_{it} = \left(\frac{vbp_{it}}{\sum_{k=1}^k vbp_{it}} \right) \quad (2)$$

Em que, ω_{it} é o peso do setor i representado pela participação do setor i no tempo t e vbp_{it} é o valor bruto da produção no setor i no tempo t . Dessa forma, o vetor peso se torna um índice que varia de 0 a 1, em que 0 o particularismo político não terá nenhum impacto e 1 o particularismo político influencia completamente o fluxo do comércio, quanto maior a participação do valor bruto da produção do setor, maior o porte econômico do setor, maior será o impacto do particularismo político na política comercial – comércio internacional.

Para entender o impacto do particularismo político junto com os trabalhadores, a variável mobilidade de trabalho intersetorial é baseada em Wacziarg e Wallack (2004) para ser realizada e é dada pela equação (3):

$$mtrab_{it} = \frac{\sum_{s=1}^S |E_{s,h}^t - E_{s,h}^{t-\sigma}| \cdot |\sum_{s=1}^S E_{s,h}^t - \sum_{s=1}^S E_{s,h}^{t-\sigma}|}{\frac{1}{2} \sum_{s=1}^S (E_{s,h}^{t-\sigma} + E_{s,h}^t)} \quad (3)$$

Em que, $E_{s,h}^t$ é o número de trabalhadores no tempo t , na indústria h do setor s e $\sigma = 2$ para capturar mudanças significativas da indústria e minimizar os efeitos dos choques dos ciclos de negócio. Também é uma variável que está entre 0 e 1 em que 0 é nenhuma mobilidade do trabalho e 1 é total mobilidade do trabalho no determinado setor.

Vale ressaltar que a variável é sobre a mobilidade de trabalho entre os setores da indústria de transformação, não se aprofunda se houve perda de postos de trabalho ou uma mobilidade para setores fora da indústria de transformação, está apenas avaliando se o trabalhador está saindo do setor x e indo para um setor y da indústria de transformação do Brasil.

A variável número de empresas é a quantidade de firmas de cada setor dividido por mil conforme é usada por Marzagão (2008), desta forma:

$$firm_{it} = \sum \varphi_{it} / 1.000 \quad (4)$$

A variável $firm$, , representa o grau de organização dos setores da indústria de transformação, que quanto maior a quantidade de firmas no setor menor a demanda por proteção comercial. E é formada por, φ_{it} , que é o número de empresas no setor i no período t e esse valor é dividido por mil.

A variável dependente, política comercial, é representada por duas medidas, sendo a primeira a corrente do comércio. Essa variável foi escolhida como a variável usada para “captar” o efeito do Acordo de Facilitação de Comércio (*tfa*), isso se deve ao fato da corrente do comércio apresentar uma correlação positiva de 0,6945 para o Brasil, com a variável de facilitação do comércio do *Doing Business* que representa todas as medidas tomadas junto ao Acordo. Além disso, ambas apresentaram também uma correlação média de 0,6216 entre os países da América Latina com o indicador *tfa*. Assim o *tfa* do setor *i* qualquer é representado conforme a equação 5:

$$tfa_{it} \cong \ln(ccomércio) \quad (5)$$

Em que *ccomércio* é:

$$ccomércio = X_{it} + M_{it} \quad (6)$$

Sendo X_i o valor das exportações do setor *i* no tempo *t* e M_i é o valor das importações de produtos pelo setor *i* no tempo *t*. Já a segunda variável que representa a política comercial de facilitação do comércio é dada pela penetração das importações (*mp*) conforme conceito apresentado pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) e definido da seguinte forma:

$$mp_{it} = \frac{M_{it}}{(Y_{it} + M_{it} + X_{it})} \quad (7)$$

Em que, M_i é o valor das importações, Y_i o valor de produção, X_i o valor das exportações e todos no setor *i* no tempo *t*. Vale ressaltar que o setor é dado pelos setores da indústria de transformação informados na metodologia do *cnae* e o tempo *t* usado foi de 2013 a 2018.

Feita a apresentação dos dados, na próxima seção apresenta-se o procedimento empírico que permite analisar e testar estatisticamente a relação entre política comercial e o particularismo político

4.2 DADOS EM PAINEL

Para identificar o vínculo da relação entre política comercial e o particularismo político, considerando as características dos dados obtidos, é utilizado o procedimento de dados organizados em painel.

O método de dados em painel se apresenta como a melhor estratégia para os demais dados utilizados, já que segundo Wooldrige (2010) os dados em painel são usados para análises de unidades (*cross-section*) ao longo do tempo.

A estrutura de dados em *cross-section* é composta por uma amostra de unidade de análise em um determinado ponto no tempo. Wooldrige (2010) informa o quanto esse conjunto de dados é importante para testar hipóteses e avaliar políticas. Quando o *cross-section* é agrupado, o caso dos dados sobre o acordo de facilitação, em que o mesmo dado é coletado para dois ou mais períodos de tempo já definido para uma comparação posterior, Wooldrige (2010) reforça a eficácia desse método para analisar os efeitos de políticas públicas.

Quando os dados são anteriores e posteriores a uma maior facilitação do comércio pós 2017, ou seja, uma nova regra da política governamental, Wooldrige (2010) relata como é possível analisar se a relação fundamental, nesse caso o particularismo político e a facilitação do comércio, mudou ao longo do tempo.

Wooldrige (2012) explica que os dados em painel ocorrem quando a coleta de variáveis multidimensionais selecionadas aleatoriamente em um determinado período, sendo as observações apresentadas a representação de vários fenômenos no tempo.

Wooldrige (2010) ressalta que os dados em painel também devem ser usados para obter estimadores consistentes na presença de variáveis omitidas, e isso ocorre já que com um maior número de observações o grau de liberdade aumenta e a colinearidade diminui. Por fim, Wooldrige (2010) reforça que a principal motivação para os dados em painel com efeito fixo é resolver os problemas em contexto de variáveis omitidas.

Baltagi (2011) complementa ainda que o modelo de regressão não muda em relação aos modelos de *cross section* sem os dados em painel, porém é composto com índices duplos.

$$y_{it} = \beta_1 x_{it} + \partial_{it} \quad (8)$$

Ou seja, i representando o *cross section*, em que $i = 1, 2, \dots, I$, enquanto t demonstra os períodos temporais, em horas, anos, dias, tendo $t = 1, 2, \dots, T$.

Além disso, Baltagi (2011) explica que as especificações dos componentes de erro levam o formato:

$$\vartheta_{it} = \mu_i + \vartheta_{it} \quad (9)$$

O ϑ_{it} retrata os efeitos remanescentes, enquanto μ_i é o componente específico do cross-section, ou seja, é invariável no tempo. Para Baltagi (2011) o μ_i pode manifestar a capacidade individual em uma equação ou simplesmente um efeito específico do país, sendo conhecido como efeito fixo.

O efeito fixo tem como objetivo remover o efeito não observado antes da estimação, desta forma quaisquer variáveis explicativas constantes ao longo do tempo são removidas. E para Wooldrige (2012) os efeitos fixos aglomeram os coeficientes que variam entre indivíduos ou no tempo e ainda permanece como uma constante fixa, logo não aleatória. Ou seja, é uma variável que captura os efeitos não observáveis e constantes no tempo que afetam Y. Na equação 9, o efeito fixo é dado por a_i :

$$y_{it} = \beta_1 x_{it} + \mu_i + \vartheta_{it}; \quad t=1,2, \dots, T. \quad (10)$$

Em que x é a única variável explicativa para y para cada i, μ_i é fixo o longo do tempo e ϑ_{it} é o erro completo, como mostra a equação 8. Os estimadores de efeitos fixo são utilizados quando rejeitamos a hipótese de que os coeficientes de μ_i não estão correlacionados com o erro.

Para verificar o procedimento mais adequado deve-se realizar o teste de Hausman, este é feito para comparar as estimativas de efeitos aleatórios com os efeitos fixos e identificar qual o mais consistente. O teste assume que não há correlação entre os estimadores de efeito aleatório, desta forma, rejeitar a hipótese nula é ter correlação entre o efeito aleatório e as variáveis da equação empírica, logo melhor trabalhar com os efeitos fixos.

Como o efeito fixo omite as características do modelo que não mudam ao longo do tempo, também é feito o teste para dependência entre as unidades do painel (setor da indústria de transformação) e a presença heteroscedasticidade. Assim, se torna possível escolher qual o melhor método para estimar as equações empíricas.

Como a base de dados tem um número de análise de seis anos e vinte e três unidades devido aos setores da indústria, segundo Hoyos e Sarafidis (2006) o ideal seria usar o teste CD de Pesaran (2004). Este teste tem como hipótese nula que não há dependência entre os cortes

transversais, além disso para dar mais consistência ao teste é calculado a correlação absoluta média entre os cortes transversais.

Por fim, é realizado também o teste de Wald, que segundo Wooldrige (2010), é usado para identificar a presença de heterocedasticidade, ou seja, avaliar se os parâmetros que acompanham as variáveis são estatisticamente significativos. A hipótese nula do teste é de homoscedasticidade, ou seja, a variância do erro u é constante.

Se as estimativas apresentam heteroscedasticidade e dependência entre as unidades de análise, o método usado é mínimos quadrados generalizados factíveis (FGLS) assim são dados parâmetros desconhecidos para a regressão linear. Os modelos empíricos estimados serão apresentados na próxima seção.

4.3 ESTRATÉGIA EMPÍRICA

Nesta seção, com inspiração na literatura pertinente, propõe-se um modelo empírico com especificação para as duas variáveis dependentes. Considerando a literatura (por exemplo, Milner (2011), Henisz e Mansfield (2006) e Mukherjee, 2016)), as equações empíricas a serem estimadas são dadas por:

$$cc_{it} = \alpha + \beta ppolitic_{it} + \gamma(ppolitic_{it} * mtrab_{it}) + \delta \sum x_{it}^j + \partial_{it} + \mu \quad (11)$$

$$mp_{it} = \alpha + \beta ppolitic_{it} + \gamma(ppolitic_{it} * mtrab_{it}) + \delta \sum x_{it}^j + \partial_{it} + \mu \quad (12)$$

Em que a política comercial de facilitação do comércio, neste caso é representada pelo ln da corrente do comércio (cc) e penetração das importações (mp), a variável $ppolitic_{it}$ representa o particularismo político setorial, $mtrab_{it}$ é a mobilidade trabalho inter-setorial, $\sum x_{it}^j$ são as variáveis de controle, ∂ são os efeitos fixos não observáveis das unidades, e μ é termo de erro.

O particularismo político, ou seja, o nível em que o político se preocupa com a própria reputação ou com o partido para tomar a decisão de votar a favor ou contra uma política, tem um efeito direto sobre a política comercial.

Além disso, o particularismo político também tem uma interação com o nível de mobilidade do trabalho nos setores. Isso indica que o político está observando o valor dado de

mobilidade do trabalho no setor e de acordo com o nível de particularismo ele decide se vai votar de acordo.

A interpretação dessas relações pode ser apresentada, por exemplo, pela expressão derivada das equações 11 ou 12, em que: $\partial cc / \partial ppolitic = \beta + \gamma(mtrab)$, sendo β o efeito direto e γ o efeito que dependente da mobilidade do trabalho em nível setorial.

As variáveis de controle utilizadas são: *firm*, que é dado como uma proxy para o *lobby*; o coeficiente de exportação, que é quanto o setor da indústria depende do mercado externo para produzir e o valor bruto da produção, como proxy do PIB, já que as demais pesquisas por país usam o PIB entre as variáveis de controle.

Segundo Milner e Kubota (2005), é comum para os pesquisadores da política econômica internacional usar variáveis de controles econômicas para tratar de comércio internacional, uma das variáveis mais importantes é o PIB do país, por isso também é feito o valor bruto da produção essa variável de controle econômica.

Para uma melhor análise dos resultados da estratégia empírica foram testadas as equações sem as variáveis de controle para ambas as variáveis dependentes, depois adicionando os controles em sequência. Além disso também foi adicionado a variável *dummy* de tempo para verificar o impacto antes e depois do acordo, em que os anos de 2017 e 2018 é 1 e os demais anos 0.

Dessa forma serão apresentadas na próxima seção os resultados das seguintes equações:

$$y_{it} = \alpha + \beta ppolitic_{it} + \gamma(ppolitic_{it} * mtrab_{it}) + \rho firm_{it} + \theta v.produção_{it} + \partial_{it} + \mu \quad (13)$$

$$y_{it} = \alpha + \beta ppolitic_{it} + \gamma(ppolitic_{it} * mtrab_{it}) + \rho firm_{it} + \omega coefexport_{it} + \partial_{it} + \mu \quad (14)$$

$$y_{it} = \alpha + \beta ppolitic_{it} + \gamma(ppolitic_{it} * mtrab_{it}) + \rho firm_{it} + \theta v.produção_{it} + \omega coefexport_{it} + \partial_{it} + \mu \quad (15)$$

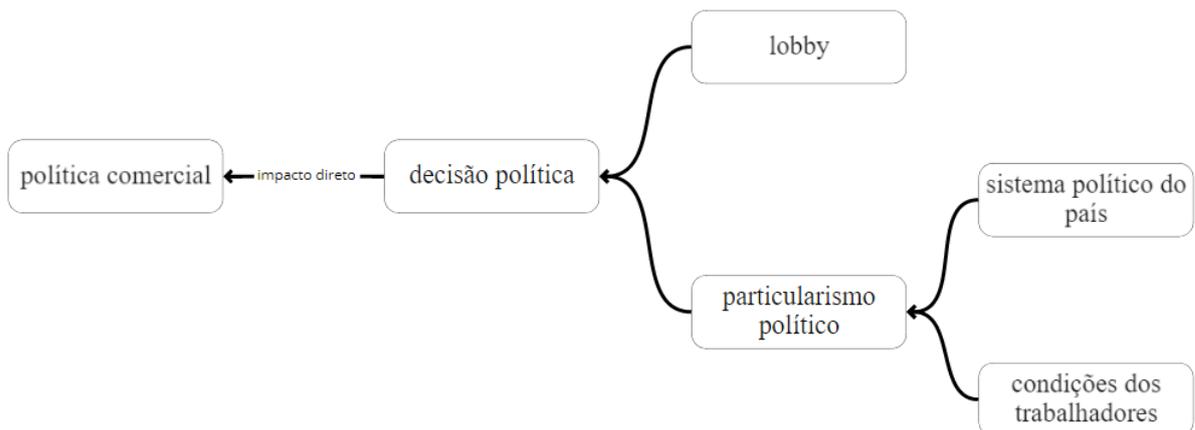
$$y_{it} = \alpha + \beta ppolitic_{it} + \gamma(ppolitic_{it} * mtrab_{it}) + \rho firm_{it} + \theta v.produção_{it} + \omega coefexport_{it} + dummy17_18 + \partial_{it} + \mu$$

(16)

Assim é possível verificar se as variáveis de controle não influenciam de alguma forma a estabilidade das regressões, mudando o comportamento das demais variáveis ou até alterando a significância estatística dos parâmetros.

De forma resumida a figura 5 mostra o que a estratégia empírica busca verificar, ou seja, direção da relação das variáveis explicativas e a decisão política. Logo, tem impacto direto a política comercial, isso porque a política comercial é definida por votos, ou seja, uma decisão dos políticos que são a favor ou contra uma nova política.

Figura 5- Fluxo do impacto das variáveis explicativas.



Fonte: elaboração própria

No próximo capítulo é apresentam-se os resultados a partir da estratégia empírica apresentada, bem como a discussão perante os dados apresentados.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O capítulo busca apresentar os resultados das estimativas das equações 11 e 12 usando o procedimento de dados em painel com o objetivo de verificar os efeitos do particularismo político na política comercial.

Como *proxy* para a política comercial são usados os indicadores da corrente do comércio e da penetração das importações dos setores da indústria de transformação, estas são as variáveis dependentes.

E como principal variável explicativa, é determinado o particularismo político, e o particularismo político interagindo com a mobilidade de trabalho de cada setor da indústria de transformação do Brasil.

Conforme os resultados apresentados nas estimativas da tabela 3 (fe, re, fgls), pode-se constatar que a principal variável de interesse, particularismo político, se apresentou como estatisticamente significativa e é associada positivamente à um aumento na corrente de comércio. Ou seja, significa um incentivo ao candidato cultivar a reputação pessoal no momento da votação dos acordos de comércio internacional, como por exemplo, o evento em consideração nessa pesquisa que é o Acordo de Facilitação do Comércio.

Quanto ao procedimento mais apropriado para as estimativas, inicialmente executou-se o teste de Hausman que apresentou o valor de 12,24 significativo a 5% indicando o procedimento de efeito fixo como mais apropriado. Na sequência, com o objetivo de validar uma autonomia entre as unidades do painel, foi realizado o teste CD de Pesaran (2004) que apresentou estatística de 22,95 com significância a 1%, indicando a existência de dependência entre as unidades do painel.

Além disso, também foi feito o teste modificado de Wald e apresentado por Greene (2000) para validar a hipótese nula de homoscedasticidade, entretanto apresentou o valor de 1055,41 com significância 1%, mostrando a presença de heteroscedasticidade (*groupwise*). Desta forma, reestimou-se a regressão (1) através do procedimento de mínimos quadrados generalizados factíveis (FGLS) – regressões 3, 4, 5 e 6.

Os resultados confirmam que com um maior particularismo político, o candidato toma a decisão de votar a favor do acordo de facilitação para se autopromover, pensando no bem-estar próprio e na sua reeleição.

Tabela 3: Política comercial e particularismo político. Variável dependente: corrente do comércio.

	Efeito fixo (1)	Efeito aleatório (2)	FGLS (<i>cross - section</i> correlação) ^a (3)	FGLS (<i>cross - section</i> correlação) (4)	FGLS (<i>cross - section</i> correlação) (5)	FGLS (<i>cross - section</i> correlação) (6)
ppolitic	0,902** (0,010)	1,698*** (0,000)	2,192*** (0,000)	3,058*** (0,000)	1,755*** (0,000)	1,767*** (0,000)
pmobility	-0,263* (0,040)	-0,280* (0,026)	-0,628 (0,829)	-0,247 (0,374)	-0,035 (0,846)	-0,031 (0,865)
firm	-0,002 (0,750)	-0,012 (0,108)	-0,032*** (0,000)	-0,024*** (0,000)	-0,022*** (0,000)	-0,022*** (0,000)
v.produção ^(b)	0,048 (0,425)	0,061 (0,259)	0,373*** (0,000)		0,0551*** (0,000)	0,548*** (0,000)
coefexport	1,379*** (0,001)	1,400*** (0,000)		1,968*** (0,000)	1,990** (0,000)	2,008*** (0,000)
dummy 2017- 2018						-0,026 (0,756)
constante	2,023*** (0,000)	1,856*** (0,000)	0,902*** (0,000)	1,750*** (0,000)	0,233 (0,572)	0,214 (0,606)
Prob>F/chi2	(0,000)***	(0,000)***	(0,000)***	(0,000)***	(0,000)***	(0,000)***
Hausman	12,24**					
teste Pesaran	22,95***					
teste Wald modificado	1055,41***		605,52***	364,93***	2040,12***	2024,40***
R-squared	0,3027	0,2853				
Observações	138	138	138	138	138	138

Fonte: elaboração própria, resultados da pesquisa.

Notas: Erros robustos entre parênteses. *** significante a 1%; ** significante a 5%; e *significante a 10%.

a) FGLS:mínimos quadrados generalizados factíveis corrigindo para heteroscedasticidade e correlação entre as unidades (setores).

b) v.produto é dado ln do valor bruto de produção do setor da indústria de transformação como *proxy* do PIB.

Quanto ao coeficiente da variável de interação que é representada pelo produto do particularismo e mobilidade do trabalho, após as correções dos problemas apresentados pelos testes, a variável não se apresentou como sendo estaticamente significativa (estimativa 3, 4, 5, 6).

No que se refere às variáveis de controle, todas se apresentaram estatisticamente significativa, a variável *firm*, que representa a quantidade de firmas, usada para representar o *lobby*, apresenta resultados conforme o esperado em linha com a literatura (Marzagão, 2008). Dessa forma, quanto maior a quantidade de empresas no setor, maior a demanda pela abertura comercial. Por outro lado, os setores mais concentrados em poucas empresas esperam uma proteção comercial pois a abertura comercial geraria uma concorrência maior aquelas empresas.

Já o valor bruto da produção apresentou coeficiente positivo, isso significa que, na média, quanto maior o valor gerado pela indústria i qualquer o efeito na política comercial é positivo, ou seja, setores com maior produção são menos resistentes as políticas de facilitação de comércio interacional. O coeficiente das exportações também é positivo e isso indica que quanto maior a importância do mercado externo para a produção de determinado setor, a indústria se portará mais favorável a facilitação do comércio.

No que diz respeito a variável de controle do tempo, que teve como objetivo captar o efeito da aprovação no congresso brasileiro, sendo que os anos pós ratificação do Acordo de Facilitação foram considerados como um e os demais anos como zero, esta não apresenta significância quando a variável dependente é dada pela corrente do comércio.

A tabela 4 apresenta os resultados das regressões que utilizam a variável penetração das importações, tanto na estimativa que controla para características não observáveis (efeitos fixos - 1) quanto a estimativa de efeitos aleatórios (2). Além disso, também apresenta as estimativas dos mínimos quadrados generalizados factíveis (fgls) para as equações 3, 4, 5 e 6. A partir dessas estimativas, o particularismo apresenta significância para 1, 3, 4, 5 e 6, e relação negativa com a penetração das importações em todas as determinações.

Sobre o procedimento mais apropriado para as estimativas com a penetração das importações, o teste de Hausman apresentou o valor de 49,09 significativo a 0,1% indicando também o efeito fixo como mais apropriado. Com a intenção de validar a existência de dependência entre as unidades (setores), foi realizado o teste CD de Pesaran que apresentou estática de 29,52 com significância a 1%, rejeitando a hipótese nula e confirmando a correlação entre as unidades do painel.

O teste modificado de Wald apresentou heteroscedasticidade com o valor de 3743,65 com significância 1%. Assim a regressão (1) foi ponderada novamente através do procedimento de mínimos quadrados generalizados factíveis (FGLS) gerando as regressões 3, 4, 5 e 6, da mesma forma que foi feito com a corrente do comércio.

Nesta estimativa, um maior particularismo, ou seja, quanto mais o candidato se preocupar com a própria reputação, menos ele vai votar a favor de facilitar o influxo de itens importados no país. O candidato então toma a decisão se preocupando em diminuir a penetração das importações, sendo contra políticas comerciais de facilitação do comércio que envolvem apenas um maior número de importações em cada setor da indústria de transformação.

Tabela 4: Política comercial e particularismo político. Variável dependente: penetração das importações

	Efeito fixo (1)	Efeito aleatório (2)	FGLS (cross - section correlação) (3)	FGLS (cross - section correlação) (4)	FGLS (cross - section correlação) (5)	FGLS (cross - section correlação) (6)
<i>ppolitic</i>	-0,142* (0,036)	-0,305 (0,075)	-0,101 (0,085)	-0,374* (0,024)	-0,026** (0,007)	-0,025*** (0,003)
<i>pmobility</i>	0,105* (0,012)	0,102* (0,027)	0,082 (0,480)	0,027 (0,828)	0,025 (0,173)	0,019 (0,158)
<i>firm</i>	-0,019 (0,312)	-0,013 (0,943)	-0,034*** (0,000)	-0,026*** (0,000)	-0,028** (0,003)	-0,028*** (0,000)
<i>v.produção</i>	0,016 (0,320)	0,072 (0,604)	0,030*** (0,000)		0,289** (0,010)	0,011* (0,050)
<i>coefexport</i>	0,903*** (0,001)	0,697** (0,011)		0,144*** (0,000)	0,063** (0,032)	0,918** (0,038)
<i>dummy 2017- 2018</i>						0,021*** (0,000)
<i>constante</i>	0,017 (0,695)	0,430 (0,483)	0,073*** (0,000)	0,157*** (0,000)	0,675* (0,044)	0,118** (0,029)
Prob>F/chi2	(0,000)***	(0,000)***	(0,000)***	(0,000)***	(0,000)***	(0,000)***
Hausman	49,04***					
teste Pesaran	29,52***					
teste Wald	3743,65***		265,39***	926,53***	395,96***	168,90***
R-squared	0,514	0,504				
Observações	138	138	138	138	138	138

Fonte: elaboração própria, resultados da pesquisa.

Notas: Erros robustos entre parênteses. *** significante a 1%; ** significante a 5%; e *significante a 10%.

Quanto a variável de interação particularismo político com a mobilidade do trabalho no setor, exceto nas estimativas de efeito fixo (1) e aleatório (2), está se mantem estatisticamente não significativa nas estimações feitas. Pode-se determinar então que para essa variável, o político toma a mobilidade do trabalho como dada, e não é algo que ele olha para determinar sua decisão ao votar políticas comerciais.

Como já analisado anteriormente, a média da mobilidade do trabalho do Brasil é de 0,021, e que varia muito pouco tanto entre os setores como ao longo do tempo. Carneiro e Kovak (2015) constataram a falta de mobilidade entre os setores da indústria, ainda conforme os autores, os trabalhadores saem do setor formal e se alocam no setor informal.

Quanto as variáveis de controle, *firm* se apresenta estatisticamente significativa para o método FGLS e impacta negativamente a penetração das importações, assim como ocorre para

a corrente do comércio. Quanto mais concentrado o setor, menor será a penetração das importações, isso porque as empresas já estão suprindo o mercado interno.

O valor bruto da produção apresenta significância e um coeficiente positivo, ou seja, quanto maior o valor bruto de produção fomentado por determinado setor da indústria, maior será a penetração das importações. Isso pode ser justificado pelo fato de que, segundo Puga e Castro (2018), grande parcela das importações totais são de produtos intermediários usados para a produção doméstica.

A variável de controle coeficiente das exportações é estatisticamente significativa e apresenta um valor positivo para a penetração das importações, indicando que quanto maior a importância do mercado externo para o setor, maior será a penetração das importações nas indústrias desse setor.

Quanto a variável de controle do tempo, apresenta significância para a penetração das importações com um coeficiente positivo. De acordo com a análise feitas, conclui-se que das políticas adotadas com o Acordo de Facilitação do Comercio, foi observado anteriormente que o maior impacto foi nas importações.

Um exemplo é o número de horas dependidas com burocracias, em que as importações reduziram para o tempo de um dia, enquanto as exportações demandam mais de dois dias com conformidades documentais. Além disso, temos que o Brasil cobra uma taxa média de 8% para a entrada de produtos importados e é um valor que diminuiu de 2017 para 2018, enquanto o resto do mundo cobra em média 12% para receber produtos exportados do Brasil.

Isto pode ser uma justificativa para que, quando é observado apenas para as importações, observa-se um impacto do Acordo de Facilitação do Comércio, enquanto ao observar o fluxo do comércio como um todo, em que não se encontrou facilidade para exportar, então o Acordo ainda não mostrou impacto significativo para o comércio internacional.

Desta forma, as políticas públicas voltadas para o comércio exterior sofrem o impacto do nível de particularismo político do país, o governo aceita ou rejeita determinada votação observando o particularismo de seu país. Além disso, o particularismo político em alto nível faz com que os políticos tomem decisões mais populistas voltadas para os seus votantes.

6. CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar a relação entre as políticas comerciais de facilitação do comércio adotadas pelo Brasil e o particularismo político com foco nos setores da indústria de transformação. Na estimação também foi implementado o grau de mobilidade do trabalho setorial interagindo com o particularismo político para verificar se estes afetariam o comportamento do político perante as políticas comerciais.

Os resultados indicam que o particularismo político impacta as políticas comerciais, porém se a forma depende de como a política impacta o comércio. Se estiver considerando o fluxo do comércio como um todo, então o político é favorável a políticas comerciais de facilitação do comércio, vota a favor quanto mais ele pensa em sua própria reputação.

Entretanto, se for observado apenas as importações, em que reduziria o mercado interno para produtos importados, o político pensando mais na sua própria reputação toma a decisão de ir contra e não vota a favor de políticas comerciais que aumentem as importações do país.

Quanto ao grau de mobilidade setorial e o particularismo político não houve significância para a abertura comercial. Analisando a base de dados, temos que a média da mobilidade do trabalho entre os setores da indústria de transformação de 2013 a 2018 é de 0,021 de mobilidade entre os setores.

Quanto às demais variáveis de controle, quanto mais concentrado de empresas um setor, menos ele contribui para a abertura comercial. Já no caso do valor bruto de produção e coeficiente das exportações ambos aumentam a abertura comercial tanto no fluxo como um todo, como também quando se trata apenas da penetração das importações.

Dessa forma, um país que tenha maior particularismo político deve considerar que os seus políticos votaram de acordo com o tipo de política comercial e se esta irá lhe beneficiar para uma reeleição ou não. De acordo com a hipótese inicial do trabalho, se a abertura comercial ocorrer no fluxo do comércio como um todo, o político vota a favor da política comercial apresentada. Entretanto, é descoberto que se a política em votação é apenas para uma maior importação, então os políticos serão contra pois acreditam que isso “queimaria” sua reputação.

Em suma, a presente pesquisa pode contribuir com a literatura da área ao apresentar novas evidências sobre a relação entre o particularismo político e a política comercial de facilitação do comércio para o Brasil. Dessa forma, no Brasil os políticos tomam a decisão de votar as mudanças políticas focados no nível de particularismo político.

Por fim, vale ressaltar a importância de pesquisas como esta que buscam analisar o impacto da política comercial observando os setores da indústria de transformação do Brasil. Em termos de políticas públicas a serem implementadas para promoção da uma maior inserção externa (abertura comercial), os resultados aqui apresentados indicam que o particularismo político não deve ser negligenciado nas análises, sendo que as mudanças de política comercial são ratificadas pelos políticos do congresso nacional.

REFERÊNCIAS

AFRICANO, A.P. et.al **Comércio Internacional**: Teorias, políticas e casos práticos. Edições Almedina. 2018

ALLEN, N.W. Clientelism and the personal vote in Indonesia. **Electoral Studies**. v.37: p. 73-85, 2015.

BALDWIN, R.E. The Political Economy of Trade Policy. **Journal of Economic Perspective**, v. 3, n. 4, p. 119-135, 1984.

BALTAGI, B.H. **Econometrics**. 5. ed. New York: Springer, 2011. 415 p

BANCO MUNDIAL. **Doing Business 2017**: Equal opportunity for all. 14 ed. Wahington: World Bank Group, 2017.

BANCO MUNDIAL. **Doing Business 2019**: Training for reform. 16 ed. Wahington: World Bank Group, 2019.

BANCO MUNDIAL. **Doing Business 2020**: Comparing Business Regulation in Economies. 18 ed. Wahington: World Bank Group, 2019

BENNEDSEN, M.; FELDMANN, S. E. Informational lobbying and political contributions. **Journal of Public Economics**, n. 90, p. 631-656, 2006.

BEVERELI, C.; NEUMUELLER, S.; TEH, R. **Export diversification effects of the WTO trade facilitation agreement**. World Development, v. 76, p. 293-310, 2015.

BOMBARDINI, M.; TREBBI, F. Empirical Models of Lobbying. **National Bureau of Economic Research**, Cambridge, MA, n. 26287, p. 16-48, 6 set. 2019. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w26287>. Acesso em: 27 mar. 2021.

CAMERON, S. et al. **Trade shocks and labor adjustment**: theory. National bureau of economic researcj, Cambridge, out. 2007.

CARBALLO, J.; SCHAUR, G.; MARTICUS, C.V. **Transportation and Trade Interactions**: A Trade Facilitation Perspective. IDB Working Paper Series, Inter-American Development Bank, n. 791, p. 1-39, fev. 2017.

CAREY, J. M; SHUGART, M. S. Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas. **Electoral Studies** v. 14, n. 4: 417–39. 1995

CARNEIRO D. R., KOVAK, B.K. "Trade Liberalization and the Skill Premium: A Local Labor Markets Approach." **American Economic Review**, 105 (5): 551-57. 2015
Dix-Carneiro, Rafael, and Brian K. Kovak. 2015. "Trade Liberalization and the Skill Premium: Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/aer.p20151052>

COELHO, A.E.M. **Análise dos determinantes do comportamento legislativo em política comercial**: Estudo do caso da votação da proposta de adesão da Venezuela ao MERCOSUL. 2015. 117 f. Tese (Doutor em Relações Internacionais) - USP/IRI, 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI. **Sondagem especial**: comércio exterior. Indicadores CNI, ano 16, n. 6, dez. 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI. **Metodologia**: Coeficiente de abertura comercial. Brasília, v. 4, jul. 2016.

DEE, P.; FINDLAY, C.; POMFRET, R. Trade facilitation: what, why, how and where? In: BROOKS, D.H. (ed.). **Infrastructure and Trade in Asia**. Edward Elgar Publishing, 2006. cap. 3.

EATON, K. **Politicians and Economic Reform in New Democracies**: Argentina and the Philippines in the 1990s. University Park: Penn State Press. 2002

FEENSTRA, R. C. Advanced international trade: theory and evidence. **National bureau of economic research**, University of California, ago. 2002.

FEENSTRA, R.C.; MA, H. Trade facilitation and the extensive margin of export. **The japanese economic review**, v. 65, n. 2, p. 158-177, jun. 2014.

FELIÚ, P. **Comportamento Legislativo e Política Externa na América Latina**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FONTAGNÉ, L.; OREFFICE, G.; PIERMARTINI, R. Making small firms happy? The heterogeneous effect of trade facilitation measures. **Revista Internacional de Economia**, , n. 28, p. 565-598, 2020.

GAVIRIA, A. et al. Political Institutions and Growth Collapses. **Latin American Economic Policies Newsletter**, Washington, p. 1-29, maio 2004. Disponível em: <http://www.iadb.org/res/32.htm>. Acesso em: 27 mar. 2021.

GONZAGA, G. **Rotatividade, qualidade do emprego e distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Departamento de Economia, Texto para Discussão nº355. 1996

GOURDON, J. **Como a participação em cadeias globais de valor pode beneficiar os países latino-americanos?** Pontes. V. 13, n. 3, p. 12-15, 2017.

GRAZIANO, L. O lobby e o interesse público. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Caxambu, MG, v. 12, n. 35, p. 1-12, 31 jul. 1996.

GREENE, W.H. **Econometric Analysis**. 4th Edition, Prentice Hall, Englewood Cliffs. 2000

GROSSMAN, G. M; HELPMAN. "Endogenous Innovation in the Theory of Growth. **Journal of Economic Perspectives**, n. 8, 23-44.1994.

HAGGARD, S., KAUFFMAN, R. *The Political Economy of Democratic Transitions*. Princeton, Princeton University Press. 1995.

HENISZ, W. J.; MANSFIELD, E.D. *Votes and Vetoes: The Political Determinants of Commercial Openness*. **Blackwell Publishing**. USA, n. 50, p. 189-211, 2006.

HICKEN A., SIMMONS, J. W. "The Personal Vote and the Efficacy of Education Spending." *American Journal of Political Science* 52(1): 109-124. 2008.

HILLBERRY, R.; ZHANG, X. **Policy and performance in customs**: Evaluating the trade facilitation agreement. *Revista Internacional de Economia*, n. 26, p. 438-480, 2017.

Hoyos, R.E., Sarafidis, v., "Testing for cross-sectional dependence in panel-data models," *Stata Journal*, StataCorp LP, v. 6(4), p.482-496, 2006

<https://ideas.repec.org/a/tsj/stataj/v6y2006i4p482-496.html>

HUFBAUER, G.; SCHOTT, J. *Payoff from the World Trade Agenda 2013*. Peterson Institute for International Economics, abr. 2013. Disponível em:

<https://www.piie.com/publications/papers/hufbauerschott20130422.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2021.

JOHNSON, J.W; WALLACK, J.S. **Electoral systems and the personal vote**. Harvard Dataverse. v.1. 2012. Disponível em:

<https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=hdl:1902.1/17901>. Acesso em: 17 out. 2020.

JUÁREZ, H.H. **O Mercosul frente ao Acordo de Facilitação do Comércio**. *Pontes*. v. 13, n. 3, p. 16-20, 17 maio 2017.

KLETZER, K. M. Liberalizing capital flows in India: Financial repression, macroeconomic policy, and gradual reforms. *India Policy Forum*, pp. 227-275.2003

KOTZIAS, F. V.; SILVEIRA, L.D.O. Os efeitos do Acordo de Facilitação do Comércio para a atividade aduaneira no Brasil. **Pontes**. V. 13, n. 3, p. 21-24, maio 2017.

LI, C. O desafio da implementação do TFA em países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo. *Pontes*. V. 13, n. 3, p. 8-17, maio 2017.

LINDBLOM, Charles Edward. *O processo de decisão política*. Tradução Sérgio Bath. Brasília. Editora Universidade de Brasília (UnB), 1981.

LODI, J.B. **Lobby**: os grupos de pressão. São Paulo: Pioneira, 1986.

MAGGI, G.; RODRÍGUEZ-CLARE, A. Import penetration and the politics of trade protection. **Journal of International Economics**, n. 51, p. 287-304, 2000.

MARTIN, S. Electoral Institutions, the Personal Vote, and Legislative Organization. **Legislative Studies Quarterly**, The Comparative Legislative Research Center of The University of Iowa, p. 339-361, ago. 2011.

MARZAGÃO, T. V. **Lobby e protecionismo no Brasil contemporâneo**. RBE, Rio de Janeiro, v. 62, n. 3, p. 263-278, 15 jul. 2008.

MAUR, J.C. Trade Facilitation. In: CHAUFFOUR, J.P.; MAUR, J.C. **Preferential trade agreement policies for development**. Wahington: The world bank, 2011. cap. 15, p. 327-346.

MILNER, H.V.(a) Partisanship, trade policy, and globalization: is there a left-right divide on trade policy? **International Studies Quarterly**, v.48, p. 95-119.2004.

MILNER, H. V. (b) Why the move to free trade? Democracy and trade policy in the developing countries. **Cambridge University Press**, v. 59, n. 1, p. 107-143, fev. 2004.

MILNER, H. V. “**Democracy and Trade Policy in Developing Countries: Particularism and Domestic Politics with a Case Study of India**”.2010. Disponível em : <https://scholar.princeton.edu/hvmilner/publications/democracy-and-trade-policy-developing-countries-particularism-and-domestic>. Acesso em: 18 out. 2020.

MILNER, H. V., DUSTIN, H. T. “Who supports global economic engagement? The sources of preferences in American foreign economic policy”. **International Organization**, vol. 65 (01): 37-68. 2011.

MILNER, H. V., KUBOTA, K.. “Why the Move to Free Trade? Democracy and Trade Policy in the Developing Countries.” **International Organization**, vol. 59, no. 1, 2005, pp. 107–143

MUKHERJEE, B. **Democracy and trade policy in developing countries**. Estados Unidos: The University of Chicago Press, 2016.

NATIONAL INSTITUTE FOR LOBBYING AND ETHICS. **What is lobbying?** About US. Disponível em: <https://www.lobbyinginstitute.com/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

NEUFELD, N. **Trade facilitation provisions in regional trade agreements traits and trends**. World trade organization, jan. 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). **Annual Report 2013**. Switzerland, p. 0-148, 2013. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/anrep_e/anrep13_e.pdf. Acesso em: 29 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). **A business guide for developing countries**. International trade centre, mar. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). **World trade report 2015: Speeding up trade: benefits and challenges of implementing the WTO Trade Facilitation Agreement**. 2015. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/world_trade_report15_e.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). WT/L/931. **Agreement on trade facilitation**, 15 jul. 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). State of play of the TFA in 7 charts. **Trade facilitation agreement**: Database. Disponível em: <https://tfadatabase.org/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). Trade facilitation. **Trade topics**. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/tradfa_e/tradfa_e.htm. Acesso em: 29 abr. 2020.

PANIZZA, U. Electoral rules, political systems and institutional quality. **Economics and Politics**. v. 13, n. 3, p. 311 - 342, nov. 2001.

PAPAGEORGIU, D. et.al. **Liberalizing foreign trade: lessons of experience in the developing world**. Cambridge, MA: Basil Blackwell, 1991.

PERO, V.; AZEVEDO, L. D. **Mudanças no mercado de trabalho brasileiro na virada do milênio**. Rede de pesquisa formação e mercado de trabalho: coletânea de artigos tendências e aspectos demográficos do mercado de trabalho, Brasília, 1, 17-39, 2014

PERSSON, M. Trade facilitation and the extensive margin. **The Journal of International Trade & Economic Development**. [S. l.], v. 22, n. 5, p. 658-693, 17 fev. 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09638199.2011.587019>. Acesso em: 17 out. 2020.

PESARAN, M. H. 2004. **General diagnostic tests for cross section dependence in panels**. University of Cambridge, Faculty of Economics, Cambridge Working Papers in Economics No. 0435.

PINHEIRO, M.C. Abertura, Inserção nas Cadeias Globais de Valor e a Política Industrial Brasileira. **Centro brasileiro de relações internacionais**. v.2., p. 34-39. 2014

PUGA, F; CASTRO L.B. **Visão 2035**: Brasil, país desenvolvido: agendas setoriais para alcance da meta / Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; ed.1 – Rio de Janeiro: BNDES, 2018. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/16040/3/PRLiv214078_Visao_2035_compl_P.pdf

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS. **Mercado de Trabalho Formal** (CLT e ESTATUTÁRIO). Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>. Acesso em: 29 mar. 2021.

SAUTER, B.T. Política Externa e Interesse Nacional: a Parceria Estratégica nas Relações do Sistema Internacional. **Revista de Análise Internacional**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 49-64, jun. 2017.

SEDDON, J. et.al. Political Particularism Around the World. **IDB Working Paper** No. 388, 2002.

SHUGART, M.S. Electoral “efficiency” and the move to mixedmember systems. **Electoral Studies**, n. 20, p. 173-193, 8 mar. 2001.

SILVA et. al. **Economia de serviços: uma revisão de literatura**. Texto para discussão No 1173. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2006

TERRA FILHO, E. **Análise da evolução da capacidade de recuperação da economia brasileira após choques externos**. 2002. Dissertação (Mestre em crescimento e desenvolvimento econômico) - FGV/EAESP, 2002.

TRADE FACILITATION INDICATORS (TFI). **Trade Facilitation Indicators Simulator**. ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Disponível em:
<https://sim.oecd.org/default.ashx?lang=En&ds=TFI&d1c=asean&d2c=bra&cs=asean>.
Acesso em: 29 mar. 2021.

VARELLA, M.D. **Direito internacional público**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 561 p.

WACZIARG, R.; WALLACK, J. S. Trade liberalization and intersectoral labor movements. **Journal of international economics**, Elsevier, n. 64, p. 411-439, 2004.

WOOLDRIDGE, J.M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. 2. ed. MIT Press (MA), 2010. 1095 p.

WOOLDRIDGE, J.M. **Introductory econometrics: a modern approach**. 5. ed. Estados Unidos: Cengage Learning, 2012.

WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTION (WITS). **Brazil trade statistics**: Exports, Imports, Products, Tariffs, GDP and related Development Indicator. Disponível em:
<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/BRA>. Acesso em: 29 mar. 2021.

ANEXOS

TABELA 1A – Resumo dos trabalhos de facilitação do comércio

Autor	Ano de estudo	Amostra	Metodologia	Facilitação estreita ou ampla	Conclusão
Persson (2013)	2005-2007	130 países	Cross - Section	Estreita	os custos de transação da exportação diminuem o número de bens exportados aumentam.
Freenstra, Ma (2014)	1991-2003	11 países	Cross - Section	Estreita e ampla	A remoção dos custos comerciais reduz a assimetria de informação
Beverelli, Neumueller, Teh (2015)	2009	133 países	Cross - Section	Estreita e ampla	A facilitação do comércio aumenta o número de produtos exportados por destino e o número de destinos de exportação
Carballo, Schaur, Martincus (2017)	2010-2013	65 países	Cluster	Estreita	Um aumento na demanda comercial aumenta a demanda por serviços de transporte. Porém, não foram encontradas evidências de uma redução nos custos para transporte
Hilberry, Zhang (2017)	2015	161 países	LASSO	Estreita e ampla	melhores procedimentos de importação geram menos tempo relatado para importar
Fontagné, Orefice e Piermartini (2019)	2008 e 2010	-	Cross - Section	Estreita	A facilitação do comércio reduz a incerteza nas operações de fronteira

TABELA 2A – Setores da indústria de transformação de acordo com o CNAE 2.0

C Indústrias de transformação

10 Fabricação de produtos alimentícios

11 Fabricação de bebidas

12 Fabricação de produtos do fumo

13 Fabricação de produtos têxteis

14 Confeção de artigos do vestuário e acessórios

15 Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados

16 Fabricação de produtos de madeira

17 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel

18 Impressão e reprodução de gravações

19 Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis

20 Fabricação de produtos químicos

21 Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos

22 Fabricação de produtos de borracha e de material plástico

23 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos

24 Metalurgia

25 Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos

26 Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos

27 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos

28 Fabricação de máquinas e equipamentos

29 Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias

30 Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores

31 Fabricação de móveis

32 Fabricação de produtos diversos

33 Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos

Fonte: Concla IBGE

TABELA 3ª – Resumo das variáveis explicativas

variáveis	média	desvio padrão	min .	max.
ppolitic	0,3007	0,3199	0,0367	1,7328
pmobility	0,1479	0,1435	0,0000	0,5456
firm	12,6984	13,3055	0,1510	54,6250
v.producao	4,1213	0,8807	2,4474	6,3299
coefexport	0,1845	0,1864	0,0060	1,2320
labormobilty	0,0210	0,0203	0,0000	0,0779

Fonte: elaboração própria